

Das origens
aos rostos
da profissão
que devolve
sorrisos e saúde

O princípio da

Medicina Dentária

em Portugal

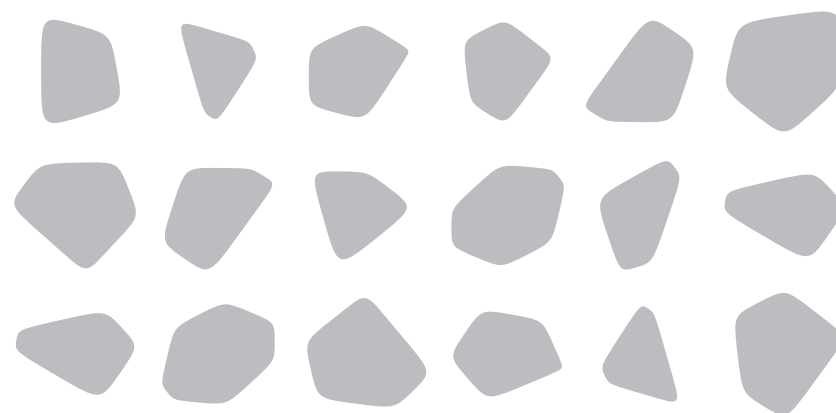


Das origens
aos rostos
da profissão
que devolve
sorrisos e saúde

O princípio da

Medicina Dentária

em Portugal





Edição
Ordem dos Médicos Dentistas

Autor
M.J.M.

ISBN
978-989-96006-4-5

Depósito Legal
555561/25

Execução gráfica
Lidergraf - Artes Gráficas, S. A.

1ª Edição impressa
Novembro 2025

© Ordem dos Médicos Dentistas. Todos os direitos reservados.

índice

Nota Introdutória Miguel Pavão	6
Advertência M.J.M	8
Parte 1 Antecedentes históricos da Medicina Dentária em Portugal e a criação das primeiras escolas	10
Parte 2 Os pioneiros	44
Parte 3 Os verdes (e agitados) anos	62
Parte 4 A criação da OMD e a normalização da profissão em Portugal	100



Miguel Pavão

Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas

nota introdutória

Uma instituição sem memória é como uma casa vazia: falta-lhe alma e aconchego familiar. Numa casa vazia ninguém quer estar...

Uma instituição que não sabe do seu passado, resiste mal por ser pobre de vivências e arrisco a dizer que convive mal com o presente. É preciso lembrar o passado para sabermos de onde vimos e podermos escolher para onde queremos ir.

Este livro estava há muito por fazer. Era uma obrigação e uma urgência: é necessário termos conhecimento do que veio antes de nós, mas também honrar os responsáveis pelas fundações da profissão e da criação da Ordem dos Médicos Dentistas, uma derivação natural da Ordem dos Médicos que, ao longo dos anos, adquiriu uma identidade própria sem nunca esquecer a sua matriz.

A compreensão deste processo histórico, com episódios e pessoas que marcaram a profissão, dá-nos instrumentos para reforçarmos o exercício da nossa profissão e honrá-la a cada momento.

Dos muitos factos que se relatam neste trabalho, é de particular importância a criação das escolas de Medicina Dentária em Portugal, porque resultou da vontade de resolução de imperfeições que foram sentidas. Os cidadãos não tinham acesso a cuidados de saúde oral e procurou-se resolver este problema. É uma história que, apesar dos avanços, ainda está por concluir.

É-nos sempre difícil perceber e avaliar o trabalho daqueles que vieram antes de nós, porque os tempos eram diferentes; os condicionalismos de ontem não são seguramente os de hoje. Independentemente das opções que foram tomadas ao longo dos anos, o trabalho dos pioneiros que ajudaram a alicerçar a Medicina Dentária em Portugal deve ser reconhecido, celebrado e honrado.

Estas páginas são livro em aberto, uma história para continuar a ser feita, todos os dias, com mais capítulos, que se desejam plenos de conquistas.

O passado está aqui – que venha o futuro.

Este não é um livro de História, nem para tal estaria o seu autor habilitado.

O texto que aqui se apresenta resulta de um desafio lançado em setembro de 2021 pelo senhor bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas, o doutor Miguel Pavão, tendo na sua origem um conjunto de entrevistas feitas a alguns dos pioneiros da Medicina Dentária em Portugal, realizadas no ano letivo de 2020/2021 por alunos da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto. Entendeu a OMD que aquele material seria pretexto suficiente para recordar o percurso da disciplina no nosso país, sob orientação daquele que foi o seu primeiro bastonário, o professor doutor Manuel Fontes de Carvalho. Juntos preparámos e levámos a cabo algumas conversas com alguns daqueles que foram os protagonistas desta história, às quais se somou a consulta de várias fontes bibliográficas, aqui citadas tão fielmente quanto possível.

Não tendo sido possível auscultar em tempo útil todos aqueles cujos relatos nos propusemos ouvir, e que enriqueceriam ainda mais esta investigação, nem consultar toda a bibliografia dispersa existente sobre esta matéria, o que exigiria empreitada de outro fôlego, procurou-se, ainda assim, reconstituir os momentos mais marcantes do nascimento e da evolução da Medicina Dentária em Portugal, contribuindo, na medida do possível, para colmatar uma lacuna existente e reunir, numa única obra, um conhecimento rigoroso e amplo sobre o percurso que conduziu à afirmação técnica e científica da arte dentária no nosso país.

Se o resultado for, ainda assim, insatisfatório, a responsabilidade deve ser irrestritamente atribuída ao seu autor.

M.J.M.

advertência



Antecedentes
históricos da Medicina
Dentária em Portugal
e a criação das
primeiras escolas

Sendo necessário fixar uma data que claramente estabeleça o início da Medicina Dentária em Portugal, assinalando a linha que separe aquilo que antes existiu do aparecimento de uma profissão moderna, organizada e cientificamente reconhecida, o dia 6 de junho de 1975 deve ser recordado como aquele em que foi legal e oficialmente criada, pelo Decreto-Lei nº 282/75, a Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa, inaugurando uma nova era para a Saúde Oral em Portugal.

Um marco, todavia, é apenas um sinal no caminho. Também no caso da Medicina Dentária é necessário ter em conta que a primeira escola a ter existência real, a funcionar de facto, foi a Escola Superior de Medicina Dentária do Porto. Instituída quase um ano depois da congénere de Lisboa, pelo Decreto-Lei nº 368/76, de 15 de Maio de 1976, foi a primeira a abrir as portas, em 20 novembro de 1976, graças à opção de a sediar num conjunto de edifícios pré-fabricados instalados nos jardins envolventes do Hospital de São João.

O curso da capital só viria a iniciar-se, com efeito, no ano letivo seguinte, e foi ainda necessário que os inscritos no primeiro curso do Porto concluíssem a sua formação para que Portugal passasse a contar com o seu primeiro contingente de médicos dentistas técnica e cientificamente equiparáveis aos dentistas

do resto da Europa.

Simplificando tanto quanto seja possível, é possível afirmar, assim, que a Medicina Dentária só começou a ser uma realidade tangível para os portugueses em 1979, quando os primeiros licenciados terminaram os respetivos cursos e se espalharam um pouco por todo o país, regiões autónomas incluídas. Do embate inicial destes pioneiros com as circunstâncias de um país ainda a braços com inúmeros atrasos atávicos se dará conta noutra parte deste texto. Todavia, e para que se compreenda, nem que seja de modo aproximado, o que representou o início da Medicina Dentária em Portugal, será necessário recuar no tempo e na História para procurar traçar os motivos da delonga e do sucessivo adiamento da criação de uma escola moderna de saúde oral no nosso país.

Com efeito, em 1975 o panorama da arte dentária em Portugal pouco diferia, no essencial, do descrito por Camilo Castelo-Branco no romance *A Brasileira de Prazins*, de 1882: Libânia queixa-se, a dado passo, de uma dor de dentes a Veríssimo; este decide “fazer-se dentista” e, para tal, “foi aprender com o Pinac, à Rua de Santo António” - a atual Rua 31 de Janeiro, no Porto.

Excetuando a natural evolução dos equipamentos utilizados, o tratamento dos dentes era realizado, já bem entrados no século XX, de um modo que pouco se distinguia do praticado por Joaquim José da Silva Xavier, o herói brasileiro cuja data de execução, a 21 de abril de 1792, é assinalada com um feriado nacional no Brasil. Além de mineiro, comerciante, militar e líder político independentista e rebelde, o chamado Tiradentes era também dentista, ou, pelo menos, aquilo que no século XVIII passava por ser um dentista: alguém que extraía os dentes àqueles a quem os dentes doíam - conforme, aliás, acontecia pelo menos desde o século XXV a.C., no antigo Egito, período

do qual data, por exemplo, um crânio com um arame de ouro cingindo-lhe os dentes, encontrado em escavações arqueológicas.

Daí para a frente, o tratamento dentário foi evoluindo de modo informal, praticado maioritariamente por barbeiros e outros habilidosos, embora Pedro Hispano, no século XIII, tenha fixado alguns recursos para o tratamento das dores de dentes, como a medula de cavalo, a semente de meimendro, o chifre de veado queimado ou os excrementos de corvo. No século XV surgiram em Portugal os primeiros métodos para o tratamento de cáries com recurso a uma rudimentar broca manual e a goma ou resina de aroeiro, conforme descrito pelo cirurgião Tomás Rodrigues da Veiga.

Também o médico Garcia de Orta, no seu notável *Colóquio dos Simples e das Drogas da Índia*, de 1563, indica a resina de *assa fetida* (também conhecida como férula ou funcho-gigante) para o tratamento das cáries, uma vez que os indianos “o metem na cova do dente que lhes doe”; e o *betre* e o *cate* para “apertar as gengivas e fortificar os dentes”. Orta refere ainda uma flor, a *mogory*, na qual os indianos, a fim de cuidar da saúde oral, “põem as pennas pera alimpar os dentes”.

Já em 1561, aliás, um processo do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa testemunha que o francês Mestre Pedro, de 25 anos - condenado por “luteranismo”, e pelo *peccado* de comer carne ao *sabbado*, à pena de “abjuração, cárcere” e uso de “hábito penitencial perpétuo” - exercia a profissão de “saca-molas”, nome dado aos dentistas de então.

No século XVII surge a primeira legislação portuguesa destinada a enquadrar a prática dos saca-molas e barbeiros que se dedicavam à extração de dentes: a Carta Régia de 9 de novembro de 1629 criou a obrigatoriedade de obter uma licença para o efeito, sendo

instituída uma multa de dois mil reis para os prevaricadores.

O século seguinte trouxe várias novidades ao nível dos equipamentos. Segundo Ivo Alves Furtado, na *História do Exercício da Odontologia em Portugal*, surgiu, por exemplo, “o sistema de propulsão através da alavanca movida a pedal”, iniciando-se também o combate a algumas doenças orais, “nomeadamente da cárie dentária”. Em 1723, acrescenta, “o cirurgião João Lopes Correa recomendava abstinência de doces e de outros alimentos” que pudessem atacar o esmalte dos dentes.

Em 1735, segundo o número 2 da *Revista Portuguesa de Estomatologia*, Pedro Gay, dentista francês estabelecido no Beco do Carvalho, em Lisboa, prometia arrancar um dente duma boca e pô-lo noutra, “de modo que ao cabo de quinze dias estava tão firme como se houvesse nascido nela”. E, em 1739, estabeleceu-se no Chiado, junto à Botica da Cordoaria Velha, João Bautista Grimaldi Francelino, dentista da Corte de Viena, que trouxe para Portugal relevantes conhecimentos de ortodontia: “Endireitava os dentes tortos das crianças e separava os que estavam muito unidos”.

Ivo Alves Furtado anota ainda que, em 1741, se estabeleceu na Rua Direita da Esperança o dentista clínico do rei da Sardenha, João António Dufour, o qual, “além dos vulgares trabalhos de dentista, segurava os dentes abalados com um fio subtilíssimo de ouro”. Terá sido, deste modo, “o introdutor da técnica de ferulização em casos de doença periodontal com perda de suporte dentário e mobilidade”.

De acordo com a *História da Odontologia*, do brasileiro Elias Rosenthal, o exercício da profissão de dentista havia de ser objeto de uma nova tentativa de regulamentação em Portugal durante o século XVIII. Em 1762 chegou mesmo a ser definida

a emissão de cartas de licenciamento das pessoas que tiravam dentes, das quais o primeiro beneficiário foi António Pires Ferreira, contemporâneo do famoso Tiradentes do Brasil.

Consultando o Arquivo Nacional da Torre do Tombo encontra-se também a carta que, em 1765, José Álvares Teixeira enviou ao escrivão da Conservatória da Companhia de Pernambuco e Paraíba, sediada em Lisboa, para que lhe fosse enviada para o Brasil uma “gatilha para tirar dentes”.

Vinte e nove anos depois, outro “oficial dentista” aparecia julgado pela Inquisição: João Batista Nogueira, residente no “termo do Fundão”, acabou condenado pelo crime de “proposições heréticas”. Já o “dentista sangrador” Luís Alves Monteiro se viu julgado, em 1823, por agredir fisicamente e ferir José Vicente de Moura.

De 1844 está datado o alvará de Mariano Fernandes, “cirurgião dentista de sua Majestade El-Rei D. Fernando”.

A despeito das várias tentativas de legalização e certificação, a longa tradição dos tira-dentes - ou dos *sacamolas*, conforme eram oficialmente designados no regulamento de 1551 que os obrigava a obter uma autorização prévia do físico-mor nomeado entre os médicos régios - manteve-se arreigadamente em Portugal. As licenças passadas aos barbeiros pelo físico-mor - e, a partir de 1722, pela Junta Real do Proto-Medicato - autorizava-os, desde logo, a realizar sangramentos ou a extrair dentes, estando previstas multas para aqueles que o fizessem ilegalmente. Mas só em 1800 o plano de exames da Faculdade de Medicina de Lisboa instituiu uma prova específica para os candidatos a cirurgião e cirurgião-dentista.

Segundo a *História do Exercício da Odontologia em Portugal*, de Ivo Alves Furtado, o primeiro cirurgião-dentista oficial, que

exerceu funções no hospital militar do Beato, foi José Militão Antunes, nomeado a 15 de junho de 1820.

Durante o século XIX, continua Alves Furtado, exerceram ainda odontologia em Lisboa vários membros da chamada “dinastia Vitry”: “Adolfo Dumareil de Vitry, chegado a Lisboa em 1835 e com consultório na Rua dos Retroseiros, *vinha apetrechado com conhecimentos técnicos de valor. Endireitava os dentes tortos e embelezava os direitos*. Vitry Júnior estabeleceu-se em 1841 na Rua do Ouro 14 e teve como clientes a Duquesa de Bragança, D. Maria II, D. Fernando e os filhos”.

Os Vitry, acrescenta aquele texto, foram ainda responsáveis pela edição, em 1840, das *Observações sobre os dentes, do Manual do Cirurgião Dentista ao alcance de todas as classes da Sociedade, de 1843, e da Propagação da Medicina Dental, instruções a quem desejar evitar operações dolorosas e conselhos às pessoas que tiverem a desgraça de perder os dentes*, de 1847.

Segundo Ivo Alves Furtado, também o dentista espanhol Filipe de Pellon (de Bilbao) veio exercer para Lisboa em 1850, na Rua do Alecrim: “Punha dentes ou dentaduras completas sem empregar marfim, cavalo marinho, dentes de hipopótamo ou qualquer outra substância suscetível de putrefação. Admite-se que tenha trazido para Portugal a utilização de dentes em cerâmica para reabilitação oral”.

Importa, a propósito, referir que o francês Pierre Fauchard publicara já em 1728 o *Tratado dos Dentes para os Cirurgiões Dentistas* - obra fundadora da Estomatologia moderna e que descrevia técnicas para a remoção de cáries, para o restauro de dentes e para a colocação de próteses dentárias -, enquanto o Dentist Act britânico havia sido aprovado em 1878, um ano antes da criação da British Dental Association.

Em 1839, Chaplin A. Harris criara também em Baltimore, nos Estados Unidos da América, a primeira Escola de Odontologia do mundo, o chamado Colégio de Cirurgia Dentária, que viria a ter como licenciado o português Clarimundo Emílio. Na Alemanha, a profissão era também regulada e, em França, a Sociéte de Chirurgie Dentaire de Paris foi fundada em 1845, pugnando pelo exercício exclusivo da Medicina Dentária por médicos diplomados (numa altura em que a atividade continuava, também em França, a ser praticada por barbeiros-cirurgiões ou por simples charlatões de feira).

Segundo o já referido texto de Ivo Alves Furtado, em 1850 terá surgido “a primeira oferta de ensino odontológico privado em Portugal”. Era seu responsável o “professor dentista João Henrique Schmidli”, um suíço que se estabeleceu na Rua do Arsenal e “ensinava a sua arte por duzentos mil réis”, aconselhando os futuros discípulos a espalharem-se pela província.

A despeito desta iniciativa, e dos avanços registados na Europa, nos EUA e mesmo no Brasil - onde a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro passou a incluir, desde 1880, um laboratório de cirurgia dentária -, Portugal manteve-se à margem da marcha do progresso em Medicina Dentária ou Estomatologia. Em 1887, segundo um texto apresentado por Luís Horta e Costa em 1985, nas III Jornadas de Estomatologia e Medicina Dentária, “havia em Portugal [apenas] dois médicos que se dedicavam à arte dentária, os Drs. Cerqueira Magro, no Porto, e Bonfim (pai), em Lisboa”.

Com o passar dos anos - e à exceção de um pequeno grupo de médicos estomatologistas, cerca de meia centena no total e quase todos formados no estrangeiro, que estavam concentrados em Lisboa e no Porto, e de alguns, escassos, odontologistas formados na Suíça -, a saúde oral era, em 1975, assegurada, no essencial, por um

vasto contingente de indivíduos que se autodenominavam odontologistas e que, na verdade, não possuíam qualquer formação específica (embora estivessem organizados num sindicato). “Entre estes contavam-se alguns enfermeiros e técnicos de próteses, mas também indivíduos com a instrução primária e simples habilitados com jeito para arrancar dentes e pouco mais. Muitos exerciam, aliás, na mais completa clandestinidade”, assegura Manuel Fontes de Carvalho, que integrou o primeiro curso da Escola Superior de Medicina Dentária do Porto e viria a ser o primeiro bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas.

Para que se compreenda melhor o estado desta arte em Portugal já na segunda metade do século XX, basta ver que um processo de 1965, existente na Torre do Tombo, dá conta, por exemplo, da autorização pedida ao Ministério da Educação Nacional pelo serralheiro brasileiro António Manuel Serrano, o qual pretendia “exercer a profissão de cirurgião dentista em Portugal”.

Machado Capelas e Adão Pereira, numa separata do jornal *O Médico* nº1305, de 1976, descrevem a situação como “vergonhosa” e “verdadeiramente caótica” e atribuem-na à “enorme carência de profissionais” qualificados. “Quem quisesse seguir a carreira de Medicina Dentária teria de, após a conclusão do curso de Medicina, estagiar por um período de dois anos nos serviços hospitalares de Estomatologia ou então frequentar durante três anos, nos mesmos serviços, o internato complementar da especialidade, sendo o número de vagas, em qualquer das hipóteses, manifestamente insuficiente. Dado que os serviços hospitalares considerados idóneos para a especialidade são em número muito restrito, não dispõem de estruturas adequadas ao ensino, nem de suficiente pessoal qualificado para a docência, a preparação dos estomatologistas, mesmo em número limitado, resulta francamente precária do ponto de vista técnico-científico”.

Os dois estomatologistas estimavam, no mesmo texto, que faltavam, à época, quatro mil médicos dentistas em Portugal.

César Mexia de Almeida, que fez parte da comissão instaladora da Escola de Medicina Dentária de Lisboa, acrescenta que os cuidados dentários em Portugal, nos anos 1970, eram assegurados por quatro grupos distintos: os práticos dentários, os odontologistas oficialmente reconhecidos e representados por um sindicato, alguns médicos generalistas que tinham acabado por se dedicar parcial ou exclusivamente aos tratamentos dentários e os médicos que haviam efetuado, por sua iniciativa, o exame ao Colégio de Estomatologia ou aqueles que, tendo completado o exame final do internato complementar de Estomatologia, tinham direito à inscrição automática no Colégio de Estomatologia da Ordem dos Médicos.

Manuel Pizarro, ministro da Saúde do XXIII Governo Constitucional, contou por exemplo, na cerimónia de apresentação do Livro Branco da Medicina Dentária, em 2023, o caso de um tio seu que, formado em Medicina, acabou por aprender por sua conta a arte dentária, fazendo carreira como dentista no Alto Minho.



Fotografia 1: Manuel Pizarro, Fernando Guerra e Miguel Pavão na apresentação do Livro Branco da Medicina Dentária, 2023.

Num jornal de província da década de 1950, o *Terra Alta* de Castelo de Vide, encontrámos, por exemplo, um anúncio dando conta da existência, no Largo de São Lourenço, em Portalegre, de um “médico especialista pela Escola Dentária de Madrid”, o “Dr. Sousa Conde”, supostamente habilitado a tratar “doenças dos dentes” e a fazer dentaduras e “consertos rápidos”.

Mas, nas terras mais pequenas, e segundo explica César Mexia de Almeida, os chamados práticos dentários eram ainda barbeiros ou, na melhor das hipóteses, protésicos. “Nos aglomerados urbanos podiam, na maior parte, ter sido ou serem ainda técnicos de prótese. Este grupo ministrava os cuidados às camadas economicamente mais carenciadas”. Já os odontologistas oficialmente reconhecidos eram cerca de 50 e contavam com a cobertura do sindicato respetivo, “sendo que alguns deles tinham adquirido formação no estrangeiro”.

Não era esse o caso, por exemplo, do pai do estomatologista António Faria Gomes, fundador da Escola de Medicina Dentária de Coimbra: tratava-se de “um prático” com bastante habilidade, o qual seguia, ainda assim, os “oito volumes da escola de odontologia do Brasil, que eram os seus manuais”, segundo contou

Faria Gomes numa entrevista ao número de julho/agosto de 2014 da revista *Saúde Oral*.

Uma ficha da PIDE de 1945, relativa ao cidadão Henrique Soares Lima, demonstra que também a designação “dentista” era comumente usada para referir aqueles práticos. Condenado a “18 meses de prisão correccional” por “pertencer ao Partido Comunista e ser responsável no movimento grevista de S. João da Madeira”, Henrique Lima é identificado com a alcunha de “O Dentista”, escrita a vermelho por baixo do nome. Também no espaço reservado à profissão está escrita a palavra “dentista”.

“Excetuando a Itália e a Grécia, onde continuava a existir uma confusão entre Estomatologia e Odontologia, Portugal era o único país europeu onde a profissão continuava a não ser regulada”, recorda Manuel Fontes de Carvalho. “Existia um sindicato que juntava odontologistas, ilegais e simples habilitados, o qual, depois do 25 de Abril, passava carteira profissional a qualquer um que quisesse exercer. Eram até os odontologistas quem representava Portugal no Comité Europeu de Peritos e no Comité de Liaison da Arte Dentária”, acrescenta.

A este sinal evidente de subdesenvolvimento não será estranho o facto de o ditador António Oliveira Salazar ter tido como dentista um dos muitos “práticos dentários” que, nas chamadas colónias portuguesas, desempenhavam esta função. “Os ditos odontologistas - entre os quais apenas um pequeníssimo grupo de graduados na Suíça o eram de facto - constituíam, assim, uma força corporativa importante e aparentemente capaz de fazer impor os seus interesses junto da classe dirigente do regime”, diz Manuel Fontes de Carvalho.

O peso institucional deste grupo era tal que, mesmo após a revolução de 25 de abril de 1974, a comissão instaladora da

Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa veio a contar com um representante do Sindicato dos Odontologistas.

A isto acrescia, naturalmente, o facto de Portugal não possuir nenhum estabelecimento de ensino superior na área da medicina oral, quer na vertente estomatológica, como sucedia em Espanha e na Itália, quer na vertente odontológica ou de Medicina Dentária, conforme acontecia já na maior parte dos países europeus.

“Tal como noutras áreas da saúde e da nossa economia em geral, tínhamos atrasos significativos”, diz César Mexia de Almeida. E acrescenta: “A formação dos estomatologistas portugueses tinha como base uma boa prática clínica hospitalar ou em clínica privada, mas faltava um programa de ensino teórico devidamente estruturado e paralelo àquela prática clínica (nem mesmo em ambiente hospitalar), tal como era ministrado em Espanha, nas Faculdades de Estomatologia de Madrid e de Barcelona. Não havia, por exemplo, qualquer programa teórico devidamente estruturado nas áreas de Medicina Oral ou nas especialidades (por exemplo de patologia oral, dentisteria operatória, endodontia, periodontologia, prótese fixa ou próteses removíveis). Portanto, a formação não era equiparável à dos principais países europeus, que já tinham adotado o modelo odontológico ou médico-dentário. Mesmo em comparação com a Espanha, que tinha ainda o modelo estomatológico, também estávamos atrasados”.

José Campos Neves, que fez parte da comissão instaladora da escola do Porto, recorda que, tal como era corrente na época, começou a trabalhar com o sogro, que era Estomatologista, e fez mais tarde um exame para ver reconhecida a especialidade. Mas, acrescenta, este exame só surgiu bastante tarde. Antes dele, os estomatologistas eram apenas médicos que se dedicavam a

esta área específica e que não tinham qualquer tipo de certificação.

Este atraso no ensino da arte dentária subsistiu apesar de, ao longo dos anos, terem sido ensaiadas várias tentativas para alterar o *status quo*, as quais esbarraram sempre com a realidade do país e com certas particularidades sociopolíticas que só em 1975 puderam começar a ser superadas.

A 13 de julho de 1870, por exemplo, uma portaria estabelecia o programa para a admissão a exames de habilitação de dentista, a qual, todavia, não obrigava a qualquer formação específica prévia.

Só em 1906 o XV Congresso de Medicina, reunido em Lisboa, veio a consagrar a Estomatologia como especialidade reservada a médicos, o que em França acontecia desde 1900.

Em 1909, António Amor de Melo fundou, em Lisboa, a primeira consulta hospitalar “das doenças da boca e dentes”, precursora do Serviço de Estomatologia do hospital de São José. Foi-lhe também concedida autorização para iniciar um curso de Estomatologia, mas sem resultados práticos.

O primeiro projeto concreto conhecido para a criação de uma Escola Dentária em Lisboa, que formasse cirurgiões-dentistas, remonta a 1910, fruto das reformas e do forte impulso que a jovem República procurou transmitir a todos os níveis de instrução. Foi estabelecida uma comissão tendo em vista a concretização daquela escola, a qual, todavia, havia de ser extinta em 1926 sem ter chegado a funcionar, conforme sustenta A. Nunes da Silva num artigo publicado na *Revista Portuguesa de Estomatologia e Cirurgia Maxilofacial*.

Ainda assim, duas portarias de 1911 reconheceriam a Estomatologia como especialidade médica e criaram a cadeira de Clínica

Estomatológica nas Faculdades de Medicina. Um outro decreto da Direção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, de maio de 1911, estabeleceu ainda que apenas os médicos licenciados pelas Faculdades de Medicina da República poderiam exercer a profissão. Os resultados desta disposição, conforme facilmente se depreenderá deste texto, foram, todavia, nulos.

Em 1915, segundo anota José Campos Neves num texto dedicado à *História da Ortodontia em Portugal*, o despacho número 600, de 3 de março, propôs a criação de um Instituto de Estomatologia. Segundo Nunes da Silva no texto acima referido, aquela proposta terá dado origem, em 1918, à publicação de uma portaria do Ministério da Instrução Pública determinando a criação de uma comissão para a reformulação de vários ramos do ensino superior, entre os quais se contava a Medicina Dentária. A comissão formada pelo estomatologista Alberto Amado e pelos odontologistas Simões Bayão e Clarimundo Emílio (formados em Harvard, Paris e Baltimore, respetivamente) apresentou o projeto de criação de uma escola dentária em Lisboa, “o qual chegou a ser publicado no Diário do Governo de 14 de janeiro de 1919”, meses antes da criação, em junho, da Sociedade Portuguesa de Estomatologia (que foi, assim, a primeira especialidade médica nacional a organizar-se em sociedade científica). Determinava-se que o curso teria a duração de três anos, sendo admitidos apenas alunos que já tivessem cumprido dois anos do curso de Medicina, mas a instabilidade política decorrente da morte do presidente Sidónio Pais terá impedido a concretização do projeto.

Manuel Clarimundo, neto de Clarimundo Emílio e fundador da atual Faculdade de Medicina Dentária de Lisboa, recorda-se de lhe terem passado pelas mãos alguns dos documentos técnicos relativos àquele projeto. E também se lembra de ter visto, anos mais tarde, cerca de 1940, uma maquete original da Cidade Universitária de Lisboa, cuja ideia remonta a 1920, na qual existia um espaço

destinado a uma escola de Medicina Dentária na zona onde veio a nascer o Estádio Universitário. Tratava-se, com grande probabilidade, de uma consequência do decreto de 1928 que propunha o estudo da criação das Escolas Dentárias de Lisboa e Porto, agregadas às respetivas faculdades de Medicina. Também este projeto acabou, porém, por não sair do papel.

Antes disso, a 11 de agosto em 1927, o decreto nº 14180 do governo presidido por António Carmona chegou também a promulgar a criação, em Lisboa, de um Instituto de Estomatologia, estabelecendo que os cirurgiões-dentistas diplomados pela Faculdade de Medicina de Coimbra e pelas antigas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto continuariam a manter o direito ao exercício da clínica dentária. O dito instituto, cuja criação havia de ser revogada logo no ano seguinte pelo Decreto 15551, de 5 de junho, chegou a ter corpo docente nomeado por uma portaria assinada pelo ministro da Instrução, José Alfredo Mendes de Magalhães, o qual era composto por Armando Sacadura Falcão, responsável pela cadeira de Técnica Estomatológica, Fernando Ferreira da Costa, com a de Prótese, e António Amor de Melo, com a de Ortodontia. Para o funcionamento das disciplinas clínicas foram indigitados Tiago António Marques e António Pereira Varela. A “licenciatura” teria a duração de dois anos, mas o decreto que a criara foi suspenso logo no ano seguinte, “por se terem levantado dúvidas acerca do carácter oficial do referido Instituto”, criando-se uma nova comissão para se pronunciar sobre “a organização definitiva do ensino da Estomatologia”. Debalde, porém.

Durante o ano de 1946, segundo *A Saúde no Estado Novo de Salazar*, de Andreia da Silva Almeida, o adjunto do delegado de saúde do Porto, António da Silva Paúl, encetou uma missão de estudo sobre a prática da Estomatologia em diversos países, cujo relatório dava conta de que Portugal era o único país da

Europa onde ainda não existia assistência estomatológica escolar, classificada como uma “necessidade urgente”.

Em 1966, acrescenta o texto de José Campos Neves supracitado, um grupo de estomatologistas liderado por José Dias e Paiva Boléo chegou a tomar a iniciativa de criar um Instituto de Estomatologia, o qual, todavia, teve uma existência efémera, encerrando por falta de apoio do governo.

A ideia de fazer avançar o ensino especializado da Medicina Dentária só veio a ser retomada em 1969, na sequência de um despacho do ministro da Saúde que determinava a criação de uma “comissão para o estudo da assistência dentária em Portugal”. Do labor desta comissão - constituída por representantes do governo, da Ordem dos Médicos, da Sociedade Portuguesa de Estomatologia, do Sindicato dos Odontologistas e da Universidade de Coimbra - veio a resultar um relatório que incluía um plano de estudos para o ensino da Odontologia, composto por quatro anos de formação e um ano de estágio em ambiente hospitalar.

Na sequência deste relatório, refere A. Nunes da Silva no artigo já referido, a Secretaria de Estado da Saúde e Assistência exarrou um despacho, a 13 de setembro de 1971, nomeando uma nova comissão para organizar a Escola Superior de Odontologia de Lisboa, bem como escolas em Lisboa, Porto e Coimbra para preparar técnicos auxiliares.

“Entre algumas das figuras de topo da Estomatologia, ligados à Sociedade Portuguesa de Estomatologia e Cirurgia Maxilo-Facial, predominava a ideia de criar uma Escola de Estomatologia, à semelhança do Instituto de Estomatologia de Paris. O doutor João Bação Leal era um claro defensor desta via”, conta César Mexia de Almeida. “Aliás, no ano de 1973, quando o doutor Ar-

naldo Pais e eu próprio fomos secretários-gerais do VI Congresso de Estomatologia que reuniu no Instituto de Medicina Tropical, o doutor Bação Leal foi mostrar a alguns congressistas uma zona de consulta externa do instituto onde, segundo as informações que deu, iria funcionar uma consulta da futura Escola de Estomatologia, o que já teria sido decidido pelo Ministério da Educação. Mas depois não voltámos a ouvir neste curso”, acrescenta Mexia de Almeida.

Manuel Clarimundo confirma, ainda assim, que o estomatologista e ortodontista Bação Leal chegou a adquirir ou a alugar uma garagem na Rua dos Lusíadas para ali instalar uma escola de Estomatologia.

“Não era somente uma garagem”, garante César Mexia de Almeida. “Tratava-se de um edifício de quatro andares, com um terraço extenso e uma garagem muito ampla”.

Face à indecisão e às hesitações, o ensino da Medicina Dentária continuou a ser praticamente inexistente. As faculdades de Medicina, lembra Manuel Clarimundo, “não ensinavam a parte dentária e a especialidade de Estomatologia estava reservada aos piores alunos”. “Chegou a ser feito um regulamento para o ensino da Estomatologia, mas este revelou-se demasiado ambicioso e impraticável. Era necessário reunir um conjunto de condições que nunca se verificaram. Os poucos hospitais que tinham serviço de Estomatologia davam prioridade à resolução dos problemas do utente e a formação era descurada”, diz o então presidente do Colégio de Estomatologia da Ordem dos Médicos.

As carências e o atraso relativamente ao resto da Europa só viriam, assim, a ser ultrapassados com a transformação política ocorrida a 25 de Abril de 1974, permitindo avançar, de facto, com a concretização de uma escola de Medicina Dentária em

Lisboa. Foi criada pelo Decreto-Lei nº 282/75, de 6 de Junho, embora o plano de estudos da licenciatura só tenha sido aprovado pela Portaria nº 917/81 de 12 de Outubro.

A escola do Porto, instituída quase um ano depois, pelo Decreto-Lei nº 368/76, de 15 de Maio, viria, portanto, a ser a primeira a abrir as portas, logo em 20 novembro desse ano, graças à opção de a instalar num conjunto de edifícios pré-fabricados construídos nos jardins envolventes do Hospital de São João. Conta José Campos Neves que a primeira aula, na segunda-feira após o dia da inauguração, ficou a cargo de Fernando Peres e foi dedicada à anatomia da cabeça e do pescoço.



Fotografia 2:
Instalações da Escola
Superior de Medicina
Dentária do Porto, 1976.

Os equipamentos, segundo Machado Capelas e Adão Pereira no texto já citado, eram “modernos e funcionais”, embora não fossem “caros nem sofisticados”. “São, no entanto, iguais aos que vimos montados na Escola de Medicina Dentária de Genebra, escola que é, sem dúvida, do mais alto nível europeu”.

Fernando Alberto Guerra, no *Contributo Para o Escrever da História da Medicina Dentária em Coimbra*, publicado em 1993 nos *CADERNOS de Medicina Dentária, Estomatologia e Cirurgia Maxilo-Facial*, considera que o desatar do proverbial nó “teve a sua origem num plenário de médicos estomatologistas realizado em 1974, na cidade de Aveiro”, de cujas conclusões constava a necessidade de “fazer o ensino da Odonto-Estomatologia nas universidades de Lisboa, Porto e Coimbra”. “Também ali nasceu - continua Fernando Guerra - um grupo de trabalho, com representantes das zonas Sul, Centro e Norte de Portugal, que realizou todos os contactos junto dos órgãos do Governo, os quais culminaram em 1975” com o decreto-lei que institui a escola de Lisboa.

Manuel Fontes de Carvalho recorda que, embora fosse equacionada desde o final da década de 1960, a criação das primeiras licenciaturas em Medicina Dentária resultou, no essencial, da necessidade de adaptar o país às exigências e regras do resto da Europa, bem como da urgência de drenar o enorme número de alunos que, após 1974, entrou nas faculdades de Medicina portuguesas. “Não existindo *numerus clausus*, o número de candidatos à Faculdade de Medicina do Porto ultrapassou todas as previsões e foram inscritos, no primeiro ano do curso, perto de mil estudantes. O Conselho Diretivo da faculdade, presidido pelo professor António Coimbra, e que integrei em representação dos estudantes, decidiu, por isso, solicitar ao reitor da Universidade do Porto a criação de novos cursos ligados à saúde, para onde fosse encaminhado o excedente de alunos que a Faculdade de Medicina não comportava”, explica.

Assim viriam a ser criadas, por exemplo, as licenciaturas em Nutrição, Psicologia, Desporto ou Biologia. “Foi decidido nessa altura que a Escola Superior de Medicina Dentária do Porto, concretizada com financiamento da Noruega, receberia trinta estudantes do terceiro ano de Medicina”, recorda Manuel Fontes de Carvalho.

Embora oficialmente criada em primeiro lugar, a Escola Superior de Medicina de Lisboa acabou, mais uma vez, por marcar passo. A respetiva comissão instaladora dispunha, logo em 1975, de um orçamento “robusto”, de 24 mil contos, segundo conta César Mexia de Almeida, vogal da comissão presidida por Bação Leal (compunham-na também António Acácio Nunes da Silva, Armando Simões dos Santos, Armando Falcato Simões e Fernando Ferreira, este último em representação do Sindicato dos Odontologistas). “Acompanhei a situação de perto. Depois de uma longa busca por um local com boas condições para a instalação do curso em Lisboa, na qual participei ativamente, decidiu-se pela compra efetiva de um edifício na Rua dos Lusíadas, com 4 andares, uma muito ampla garagem e um terraço grande para a retaguarda. Mas o professor Dioracy Fonterrada Vieira, muito respeitado e experiente mestre brasileiro - que havia acompanhado o processo de construção da Faculdade de Odontologia de Baurú e da Faculdade de Odontologia de São Paulo -, veio a Lisboa e manifestou uma total discordância por esta opção, o que levou à reversão da compra daquele edifício”.

Esta intervenção, recorda César Mexia de Almeida, acabou por abrir a possibilidade de construção de um edifício de raiz na própria cidade universitária da capital, tendo sido iniciados contactos com o grupo de arquitetos que trabalhava no planeamento das construções do *campus*. Daqui resultou, prossegue, a opção por fazer avançar, “com a maior celeridade” possível, a edificação de um módulo inicial para dezasseis

estudantes/ano.

“Seja-me permitido dizer, e que me desculpem os demais colegas da comissão instaladora, que discordo completamente desta opção - e por duas razões. Primeiro, porque achava que já havia experiência mais do que suficiente na Europa para a construção de escolas de Medicina Dentária e que as nossas relações como a Faculdade de Odontologia de Bergen permitiam uma revisão, que eu propus, da estrutura da faculdade, tendo em vista a elaboração de planos totalmente atualizados. Em segundo lugar, porque, dadas as nossas carências, era urgentíssimo começar a formar médicos dentistas e, nesse aspeto, a CI do Porto tomou decisões mais conformes com estas necessidades”, afirma Mexia de Almeida.

Mas este não foi o único revés a atrasar a escola da capital. No final de 1975, conta ainda Mexia de Almeida, a comissão instaladora decidiu abrir um concurso para aquisição de cadeiras dentárias enquanto procurava um edifício onde instalar a escola. “Esse concurso foi ganho por um equipamento francês, modular, que não apresentava o custo unitário mais baixo, mas era moderno e foi considerado como sendo aquele que apresentava a melhor relação custo-benefício. O anúncio do resultado terá desencadeado, no entanto, uma forte reação por parte de um dos concorrentes - a Socodente, que tinha sede no Porto -, o qual apresentara um equipamento suíço mais barato e enviou um telegrama ao ministro da Educação denunciando que naquele concurso se tinham verificado “anomalias graves”. Na sequência daquela denúncia, o ministério suspendeu de imediato a adjudicação e nomeou uma comissão de inquérito presidida por um professor do Instituto Superior Técnico, Marçal Grilo. “Numa visita ao ministério, o grupo representativo da Socodente conseguiu então o seu objetivo principal, pelo qual tenho ideia de que já se andava batendo

há algum tempo: a abertura de uma escola também no Porto, para a qual foi nomeada uma comissão instaladora”, especula Mexia de Almeida.

“Mas nós não causámos problema nenhum à escola de Lisboa”, garante José Campos Neves. “O que aconteceu foi que um norueguês disse que as costas das cadeiras não eram as melhores e eles em Lisboa ficaram a dormir. A comissão instaladora não fez nada e foi por isso que nós conseguimos abrir primeiro a escola do Porto”, sintetiza. “Até participei na cerimónia de inauguração de Lisboa. Lembro-me de que estava lá o presidente Ramalho Eanes”.



Figura 3: Inauguração da Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa, com a presença do Presidente da República, General Ramalho Eanes. Cortesia da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa.

Face à denúncia de “anomalias” no concurso, diz Mexia de Almeida, o Ministério da Educação terá decidido atribuir de imediato à escola do Porto metade da verba atribuída à comissão instaladora de Lisboa, a qual estava, então, paralisada.

A criação da escola do Porto, recorda Campos Neves, resultou de uma sugestão do então secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, António Brotas. “Deu-nos cinco mil contos para começar a escola no Porto e eu aceitei”, diz. “Todo o processo foi liderado pelo Fernando Peres”.



Figura 4: Fernando Peres na cerimónia de entrega da Medalha de Ouro no Congresso da OMD, 2007.

A comissão instaladora da Escola de Medicina Dentária do Porto decidiu optar por construir de imediato uma instalação provisória, o que permitiu abrir o curso do Porto antes do de Lisboa, cuja comissão instaladora estava amarrada pelo inquérito e só abriu o curso, provisoriamente, em outubro de 1978, na nova Faculdade de Medicina do Campo de Santana. Só quando o professor Marçal Grilo concluiu que não tinha havido irregularidades no concurso das cadeiras a comissão instaladora de Lisboa pôde recomeçar a tomar decisões”, conta Mexia de Almeida. Talvez por isso, o primeiro curso na capital, refira-se, contou com apenas oito alunos.

No Porto, a comissão instaladora da Escola Superior de Medicina Dentária era presidida por Álvaro Esteves Pereira, representando o Hospital de São João, e contava com a participação de Fernando Peres (também do Hospital de São João), Adão Pereira (Hospital de Santo António), José Campos Neves e Machado Capelas (ambos pelo Colégio da Especialidade de Estomatologia da Ordem dos Médicos).

“Os noruegueses da Norad deram-nos quinze equipamentos completos, usados, e vieram cá formar os professores”, recorda Campos Neves. “Em março falámos com uma empresa para construir os pré-fabricados, a Mesquita & Filhos, e em novembro estávamos a dar a primeira aula”.

O primeiro curso, iniciado em 1977, foi de inscrição voluntária entre estudantes de Medicina que tivessem concluído o terceiro ano, os quais completariam a licenciatura em Medicina Dentária com mais três anos de estudos. Foram admitidos vinte e um alunos, dos quais só vinte vieram a terminá-lo (José António Martins da Costa Lima faleceu antes do final): Ana Paula Coelho de Macedo Augusto, António Carlos Nogueira Couto Soares, António Manuel Guerra Capelas, Carlos Alberto Falcão Caná-

rio Melo, Fernando Jorge Morais Branco, Fernando Paiva Vieira, Fernando Rui G. Ribeiro Gomes da Costa, João Fernando Costa Carvalho, João Luís Marques de Pinho Freitas, Jorge Manuel Bateira Santos, Jorge Manuel Gonçalves Pacheco, José António Macedo de Carvalho Capelas, José Manuel Oliveira Lobo, Manuel Augusto Amorim Simões da Silva, Manuel José Fontes de Carvalho, Manuel Pedro da Fonseca Paulo, Manuel Serafim Reis Vieira, Maria Isabel Lobo Pereira, Maria Teresa San-Bento Cabido Pontes e Rui Alberto Barros Magalhães).



Fotografia 5: Primeira turma da Escola Superior de Medicina Dentária do Porto.

Após anos de avanços, recuos e indefinições, não foi preciso transcorrer muito tempo para que, em janeiro de 1983, o secretário de Estado do Ensino Superior promovesse, através de despacho, a criação de um grupo de trabalho para apreciação do projeto privado de “criação de Faculdade de Odontologia apresentado pela CESPU e Universidade Livre”, no Porto e em Lisboa respetivamente. A primeira reunião do grupo de trabalho decorreu a 11 de abril, sendo este composto por representantes das Escolas de Medicina Dentária existentes (Lisboa e Porto) e do Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos.

Ao abrigo do Decreto-Lei nº 250/89, de 8 de Agosto, a CESPU iniciou a sua intervenção no sector do Ensino Superior em 1984, com a criação do Instituto Superior de Ciências Dentárias do Porto, em Paredes, e do Instituto Superior de Ciências Dentárias de Lisboa, que haviam de ser os primeiros estabelecimentos privados em Portugal a ministrar licenciaturas em Medicina Dentária.

“A escola de dentistas em Paredes, que foi a primeira privada, era do PSD e, por isso, conseguiu o que queria. Só fez essa escola porque teve o apoio do governo”, afirma José Campos Neves.

Já o curso de Medicina Dentária em Coimbra, reclamado desde 1974 - e prometido pelo secretário de Estado António Brotas desde 1976, segundo o já citado texto de Fernando Guerra -, acabou por avançar apenas a 17 de agosto de 1985, criado oficialmente pela Portaria 609/85.

Para o arranque do projeto acabou por ser fundamental o empenhamento dos médicos Faria Gomes, Leite da Silva e João Luís Maló de Abreu, que veio a ser o primeiro diretor do Departamento de Medicina Dentária da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Ainda segundo Fernando Guerra, o curso ficara delineado, no essencial, em 1982, após um acordo de intercâmbio científico estabelecido entre as universidades de Coimbra e do Connecticut (EUA). Ao contrário do que sucedera no Porto e em Lisboa, em Coimbra optou-se por integrar o curso na Faculdade de Medicina, num departamento criado em instalações do Hospital Universitário e que integrava também a Estomatologia e a Cirurgia Maxilo-Facial.

Esta solução, segundo explicou Maló de Abreu numa entrevista posteriormente concedida à revista da APMD, permitiu reduzir significativamente os custos da licenciatura em Medicina Dentária, mas também, segundo Fernando Guerra, evitar os problemas de “relacionamento institucional, e outros, com as faculdades de Medicina, as universidades e os hospitais com ensino médico”, entretanto surgidos no Porto e em Lisboa.

Mas “mais uma vez a espera prolonga-se”, comenta Fernando Guerra no texto supracitado, que refere a instabilidade governativa da época como um dos motivos da delonga. A organização do curso, incluindo o plano de estudos, o corpo docente e a definição das correlações com a Faculdade de Medicina e o Hospital de Universidade, ficaria pronta em abril de 1984, sendo a criação da licenciatura aprovada por aclamação, dois meses depois, pela sessão plenária da UC.



Fotografia 6: João Maló de Abreu.

Meio ano depois, o despacho 89/SEES/84 nomeou a comissão responsável pela proposta de criação do curso, composta por Mário Luís Mendes, Dinis da Silva Freitas, Jorge Fagulha e Maló de Abreu -, e cujo trabalho viria a culminar com a publicação da Portaria 609/85. Os primeiros treze estudantes concluíram o curso de Coimbra em 1991, apesar de, em vários casos, as aulas terem decorrido em instalações provisórias e recorrendo a soluções “de remedeio”. A construção da primeira fase do edifício que haveria de acolher definitivamente o curso só arrancou em junho de 1990, tendo a obra sido inaugurada a 25 janeiro de 1991 pelo então primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva.

Também em 1990, através da Portaria 1142/90 de 19 de Novembro, o Instituto Superior de Ciências Dentárias de Lisboa passou a denominar-se Instituto Superior de Ciências da Saúde. Mais tarde, em 1997, viria a ocorrer a autonomização das escolas privadas de Lisboa e do Porto, dando lugar aos atuais Instituto Universitário de Ciências da Saúde e Instituto Universitário Egas Moniz.

A 17 de fevereiro de 1993 tinha lugar, entretanto, a cerimónia pública de lançamento da primeira pedra do novo edifício da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, que custaria 900 mil contos, aos quais acresceram mais 800 mil contos para a aquisição de equipamentos. A inauguração aconteceu a 24 de outubro de 1997. Havia, já então, cerca de 900 médicos dentistas inscritos na APMD, somando-se-lhes os 1.650 estudantes que frequentavam os cinco estabelecimentos de ensino que lecionavam Medicina Dentária.

O nascimento das escolas privadas veio, entretanto, a dar origem a uma nova controvérsia. Em meados de 1993, um texto publicado na revista da Associação Profissional dos Médicos Dentistas considerava que se “começam a detetar alguns sinais de degradação da qualidade de ensino nas faculdades públicas, ao mesmo tempo que os institutos privados apresentam grandes anomalias no seu funcionamento”. A APMD admitia, por isso, e pela primeira vez, recusar a inscrição de graduados nas escolas privadas.

Este diferendo agravar-se-ia quando, nesse mesmo ano, a APMD acusou a CESPU de “fraude”, de “falta de idoneidade” e de ministrar aulas “sem cobertura legal”, anunciando que recusaria a inscrição de alunos dos institutos superiores de ciências dentárias do Porto e de Lisboa.

Em 1996, os alunos e os corpos docentes das faculdades de Lisboa e do Porto fizeram ainda uma greve contra as escolas privadas e, no final do ano seguinte, no discurso de abertura do congresso da APMD, o presidente da instituição, Manuel Fontes de Carvalho, considerava que existiam “faculdades a mais”.

No número de outubro-dezembro desse ano da revista da APMD, já o diretor do Departamento de Medicina Dentária

da Faculdade de Medicina de Coimbra, Maló de Abreu, atirava mais achas para a fogueira: “Ainda estou para saber como é que as escolas privadas conseguiram abrir as portas sem licenciamento e sem uma vistoria às instalações”.

Ainda assim, viria a abrir em 1999 um novo curso privado de Medicina Dentária, na Universidade Fernando Pessoa (Porto), e, dois anos depois, também o pólo de Viseu da Universidade Católica Portuguesa viu reconhecido um curso nesta área, neste caso ao abrigo da Concordata assinada entre a Igreja Católica e o Estado Português.

Pelo meio, em 1994, abriu ainda, em Braga, a Escola Dentária Europeia, à qual havia de ser, todavia, recusado o reconhecimento oficial.

A título de curiosidade, refira-se que, durante a década de 1990, as associações de estudantes de Medicina Dentária faziam publicar regularmente um apelo na revista da APMD, pedindo aos médicos dentistas que lhes enviassem os dentes naturais que extraíssem, pois careciam de “materiais de estudo”. Os dentes, esclarecia-se, deviam ser desinfetados numa solução de hipoclorito de sódio (lixívia) e água.



Os pioneiros

Há vários traços comuns a quase todas as histórias de vida dos primeiros licenciados pelas escolas de Medicina Dentária portuguesas. Formados no Porto e em Lisboa, foram depois desbravar um país quase virgem no que à saúde oral dizia respeito, e também “sem lei”, conforme recorda Alberto Josefino Correia, um dos alunos que em 1976 entrou no primeiro curso da Escola Superior de Medicina Dentária do Porto.

O exercício da profissão não obedecia, então, a qualquer enquadramento jurídico ou deontológico, mas a qualidade da formação ministrada e o recurso a equipamentos modernos, como os aparelhos de raio-X panorâmico e de ortopantomografia, permitiram que os médicos dentistas rapidamente se afirmassem num contexto em que os cuidados de saúde oral eram, no geral, assegurados por médicos - detentores ou não da especialidade de Estomatologia - ou por profissionais sem habilitação académica, ora legalizados como odontologista, ora exercendo em situação de absoluta clandestinidade.

As pessoas “recorriam aos ‘arrincas’, que eram homens sem qualquer formação e que acabavam por tirar dentes desnecessariamente ou mesmo por partir as coroas”, recorda Margarida Lopes, formada no Porto em 1985 e que abriu depois consultório em Mirandela, a terra dos seus pais.

Um conjunto de três dezenas de entrevistas realizadas no ano letivo de 2020/2021 por alunos da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, sob a coordenação da professora Maria Cristina Figueiredo Pollmann, permite reconstituir não apenas os primeiros anos da profissão em Portugal, mas também as motivações destes pioneiros e o ambiente em que começaram a trabalhar. Une-os o facto de terem começado por ser estudantes de Medicina - o ingresso no novo curso implicava, à época, a conclusão prévia do terceiro ano das escolas médicas -, tendo a opção pela Medicina Dentária surgido quase por acaso. Na maior parte das situações, os primeiros médicos dentistas começaram a exercer a profissão nas áreas geográficas onde tinham as suas raízes familiares, em locais muitas vezes distantes dos grandes centros e onde a concorrência era praticamente inexistente.

“À exceção de dois estomatologistas, não havia ninguém a exercer Medicina Dentária dos Açores”, conta Teresa Patrício, que terminou o curso no Porto, em 1980, e se fixou logo a seguir em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel. Tornou-se, assim, o primeiro licenciado a exercer nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, e a primeira médica dentista portuguesa a integrar a secção europeia do International College of Dentists. “Na altura podíamos escolher qualquer lugar, pois não havia médicos dentistas”, acrescenta Ana Paula Macedo, licenciada em 1979, no Porto, e que exerceu nesta cidade e também em Vila do Conde, de onde é natural.

João Ferreira Galão concluiu em 1980 o curso da Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa, à qual se candidatou para evitar a instabilidade que afetava, à época, a carreira dos jovens médicos e os turnos semanais de 24 horas em contínuo que estes tinham de realizar. Depois abriu consultório em Almeirim, a sua terra natal, onde não havia qualquer concorrência.

“Conhecia as pessoas e sabia que não ia ter problemas para arranjar trabalho”, diz.

“Naquela altura só precisávamos de um sítio. Abríamos a porta e começávamos a trabalhar”, confirma João Pimenta, que terminou o curso no Porto, em 1981, e se fixou em Barcelos, onde a esposa já trabalhava como engenheira têxtil.

Em 1988, em Castelo Branco, Manuel Lourenço Nunes era ainda o único médico dentista na cidade a que regressou depois de concluir o curso no Porto. Havia apenas um estomatologista e quatro odontologistas. “Agora conto mais de cem médicos dentistas na cidade”, diz. “Há dificuldades de inserção no mercado de trabalho e as coisas nem sempre correm bem”.

Em 1984, Jorge Catarino terminava o curso em Lisboa. Fixou-se na Marinha Grande. “A minha mulher era destes lados e eu, um dia, fui de bicicleta até São Pedro de Moel para ver o rali. Gostei de um prédio e pensei: ‘hei de abrir aqui um consultório’”. Em Leiria só havia um colega, na Marinha Grande não havia ninguém e, então, abriu aqui. No primeiro dia tive uma pessoa, no segundo dia tive duas, no terceiro dia tive três; a partir daí foi sempre a somar. Ao fim de cinco ou seis meses já tinha três meses de lista de espera. Acabava de trabalhar às nove ou dez da noite”.

Em Mirandela, Margarida Lopes enfrentou dificuldades diferentes: “Vim cair numa terra onde nem sequer sabiam o que era um médico dentista. Ainda por cima era mulher. Tive, por isso, muita dificuldade em exercer a profissão. As pessoas que chegavam ao meu consultório olhavam para mim e, como sou magrinha, perguntavam se era eu quem lhe ia tirar o dente e questionavam se iria ter força. E eu tinha que ouvir isso, pelo que foi muito complicado o meu início aqui. Depois as pessoas

foram-se habituando, e eu também, e fui gerindo as minhas dificuldades”, recorda.

Natural de Braga, Isabel Estorninho conta um episódio semelhante. Formada na Escola de Medicina Dentária do Porto em 1985, estabeleceu-se depois em Seia, terra de origem do marido. “Tinha vinte e quatro anos quando comecei a trabalhar, mas era capaz de aparentar dezoito ou dezanove. Lembro-me de que, uma vez, subi as escadas para o consultório e um paciente abordou-me perguntando se trabalhava ali, uma vez que precisava de tirar um dente. Disse-lhe para subir. Quando ele entra e me vê a trabalhar, duvidou que eu tivesse força para a extração. Anestesiiei-o e, quando chegou a altura de pegar no boticão, disse-me, ‘ponha lá o boticão no sítio que eu agarro na sua mão e tiro o dente’”.

À imagem do que sucedeu com a generalidade dos pioneiros da Medicina Dentária em Portugal, Teresa Patrício, João Pimenta, Margarida Lopes, Jorge Catarino e João Ferreira Galão beneficiaram da cumplicidade e colaboração daqueles que haviam sido os seus professores. Começaram, em muitos casos, a trabalhar nos consultórios destes sendo ainda estudantes e, quando passaram a exercer autonomamente, puderam contar com a disponibilidade dos mestres para esclarecer qualquer dúvida relacionada com o exercício prático da profissão, e também com o seu auxílio para solucionar os problemas que surgiam. “A minha primeira cirurgia com anestesia geral em Ponta Delgada foi em colaboração com o professor Jorge Leitão”, conta Teresa Patrício.

“Há uma história, de um senhor inglês, da qual nunca me vou esquecer. Estava a realizar a extração de um segundo molar superior. Quando vou administrar a anestesia, o senhor segura a minha mão e impede-me, recusando ser anestesiado”, recorda Teresa Patrício.

A capacidade de realizar tratamentos isentos de dor, com recurso à anestesia, terá contribuído para o grande prestígio rapidamente alcançado pelos primeiros médicos dentistas portugueses. José Carlos Reis Campos, licenciado pela Escola Superior do Porto em 1981, afirma-o taxativamente: “Fomos os primeiros a fazer tratamentos isentos de dor. Tive um professor que dizia: ‘Ai de alguém que faça um tratamento com dor’. Outro aspeto muito importante: a Medicina Dentária na época era muito conservadora. Não havia implantologia, de um modo geral não havia implantes, e para fazer prótese fixa ou ponte tínhamos de aproveitar os dentes todos. (...) Alguns odontólogos e alguns médicos estomatologistas chegavam e diziam que a solução era a extração, enquanto que os médicos dentistas faziam uma Medicina muito conservadora. Assim tornou-se óbvio o sucesso da nossa classe junto da população”, recorda.

Por ser capaz de tratar dos dentes “sem magoar” e sem arrancar tudo a eito, chamavam “Santa” a Fernanda Silvestre. “As pessoas sentiam-se mesmo muito agradecidas”, diz. “Como forma de agradecimento, chegavam-me ao consultório com frutas e galinhas e coelhos ainda vivos. Algumas pessoas traziam um autêntico farnel”. Acontecia na Guarda, onde esta médica dentista se fixou depois de ter feito a licenciatura no Brasil, na Universidade de Itaúna, no estado de Minas Gerais, para onde a família se mudara em 1975. Tal como outros médicos dentistas portugueses e brasileiros formados naquele país, teve de pedir a equivalência do curso em Portugal e passar depois algum tempo à espera, exercendo, às vezes, sem que a situação profissional estivesse ainda totalmente legalizada.

Tal como os seus colegas, José Carlos Reis Campos foi o primeiro médico dentista a exercer na sua terra de origem, Famalicão - era o único para uma população de 130 mil pessoas. Certo dia, recebeu um senhor que havia planeado ir a Paris para fazer

uma cirurgia periodontal e que o consultou para lhe perguntar se seria realmente necessário fazer a viagem para realizar o tratamento. “Disse-lhe que não precisava de ir a Paris. Precisa, isso sim, de fazer uma coisa que eu lhe vou dizer. Se a fizer, eu garanto-lhe que fica com os dentes todos que tem na boca até morrer. Tem de vir à minha clínica de seis em seis meses, quer ache que precisa ou não, para vigiar e controlar. Ao menor sinal aparece logo. Isto na certeza de que, a partir da primeira vez que deixar de cumprir, o contrato deixa de fazer sentido. Mas nunca mais tirou dentes nem precisou de mais nada, a não ser a manutenção”.

O ingresso dos primeiros licenciados em Medicina Dentária no mercado de trabalho acabou, deste modo, por revolucionar a saúde oral em Portugal, proporcionando um conjunto de soluções técnicas que, até então, apenas estavam ao alcance dos poucos privilegiados que dispunham de meios para viajar para o estrangeiro. Não menos importante, a dispersão dos primeiros médicos dentistas pelo território contribuiu decisivamente para diminuir as assimetrias regionais do país, levando as técnicas mais avançadas e os melhores equipamentos a praticamente todos os distritos portugueses.

António Andrade e Silva, licenciado pela Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa em 1985, começou por trabalhar na capital, com um professor de Periodontologia. Mudou-se depois para Évora e acabou por abrir consultório em Elvas. “Quando comecei a trabalhar”, diz, “as pessoas tinham 20 ou 30 cáries e 5 ou 10 dentes para extrair”. “Agora não tiro dentes. Aliás, é muito raro tirar um. A maior mudança foram os implantes dentários, que transformaram totalmente a boca de um paciente, principalmente se este tiver muitos dentes perdidos”, explica.

Licenciado em 1980, Alberto Josefino Correia exerceu a profissão

em Aveiro, Estarreja, Oliveira de Azeméis e Ovar, de onde é natural. Aí criou, com um colega, uma clínica em 1981. “As condições que tínhamos eram realmente avançadas para a altura”, diz, acrescentando que também o serviço prestado aos clientes permitiu que rapidamente se tenham diferenciado da pouca concorrência existente.

“Lembro-me de uma história em particular, com mais de trinta anos, de uma senhora que já era minha paciente. Ela usava uma prótese superior com seis dentes, dos quais três eram anteriores. Numa sexta-feira, por volta das 19 horas, telefonou aflita. Tinha ficado sem a prótese, destruída pelo cão. E no dia seguinte era o casamento da filha dela. Calculem o drama. Não havia laboratório de próteses que me pudesse valer. Fiz-lhe, por isso, uma prótese diretamente na boca com os dentes anteriores, utilizando acrílico de polimerização a frio e dentes de prótese”, explica Alberto Josefino Correia. “A senhora ficou imensamente agradecida e ainda hoje é minha cliente. Os seus familiares também e sempre me recomendam”.

Jorge Ribeiro, que concluiu o curso na Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa em 1983, começou a exercer em Tavira, onde morava, uma semana depois de terminar a licenciatura. “Confesso que senti algum receio no início, sobretudo porque eu era o único médico dentista na clínica que criei e isso representava uma responsabilidade enorme para com os meus pacientes, no sentido de poder ser capaz de dar resposta às várias solicitações que decorrem desta atividade”. Com o tempo e a experiência adquirida, o receio foi desaparecendo.

“Uma vez - conta este médico dentista - recebi uma chamada de um colega cirurgião que me pediu ajuda num caso de um paciente com um siso incluso inferior. Tinha estado aproximadamente quatro horas a tentar finalizar a exodontia, mas sem

sucesso. Combinamos receber o paciente no meu consultório no sábado imediatamente a seguir. Ao fim de 45 minutos lá conseguimos retirar o siso e resolver o problema, mas este foi um dos momentos mais assustadores e ao mesmo tempo mais gratificante da minha carreira, dada a dificuldade deste procedimento”.

Mas nem sempre as coisas correm bem. Ainda em Lisboa, António Andrade e Silva fez a extração de um siso a uma colega médica. “Ela foi parar ao Hospital de Santa Maria, onde ficou internada quinze dias. A desfiguração da face e a dificuldade em respirar abriam a possibilidade de um péssimo final. Procurei um consolo técnico e de amigo com o meu antigo professor de Terapêutica, também médico no IPO de Lisboa, que me disse que os doentes, às vezes, morrem. Na altura fiquei incrédulo com a resposta. Não é suposto um doente de um médico dentista morrer, essa é uma das vantagens de ser dentista. Mas a verdade é que pode acontecer a qualquer um”.

“Alguns acidentes de cirurgia provocaram-me muitas dores de cabeça”, confirma Manuel Pereira Alves, que terminou o curso no Porto, em julho de 1981, e tem exercido no Porto, em Paredes e nos Carvalhos, no concelho de Vila Nova de Gaia. “Esses acidentes podem acontecer a qualquer um. Temos de estar preparados”.

Jorge Catarino recorda-se de uma senhora que, havia ele começado a exercer há dois ou três meses, o abordou no carro, a sangrar: “Tinha ido à Caixa queixar-se de um dente e tiraram-lhe também os outros todos. Pedi-lhe uma orto e pu-la com antibióticos e anti-inflamatórios. Ela ainda tinha dois caninos inclusos no palato, que estavam submucosos, e para usar uma prótese tinha de fazer cirurgia. Ainda por cima, a senhora era epilética. Mas correu tudo bem”.

Manuel Paulo, que terminou o curso no Porto, em 1979, começou por exercer na Póvoa de Varzim, com mais três colegas. “Era um consultório antigo, numa época de enorme carência. O equipamento não era elétrico, havia uma turbina que tinha um pequeno depósito que tínhamos de encher com água frequentemente, o candeeiro iluminava pouco e as agulhas que se utilizavam eram fervidas e reaproveitadas. Luvas e máscaras não se usavam, era totalmente diferente, e a reutilização dos materiais fazia com que, por exemplo, as agulhas fossem perdendo poder de corte, tornando-se difícil introduzi-las no tecido”. No primeiro ano de trabalho, depois de fazer uma extração, pediu ao paciente para bochechar. “A água saiu-lhe pelo nariz”, conta. “Poucas vezes suturávamos e, ao extrair o dente, criei uma comunicação. Fiquei assustado. “Mas sabia que tinha que fechar aquilo e consegui resolver o problema”.

Manuel Paulo apanhou outro susto quando estava a colocar um poste numa reconstrução. “A senhora tossiu e eu larguei o poste, ela acabou por engoli-lo e tive que pedir-lhe para ir fazer um Raio X. Estava no estômago”.

Manuel Simões da Silva, que concluiu o curso da Escola Superior de Medicina Dentária do Porto em 1979, fixando-se depois em Cascais, conta uma aflição semelhante: “Durante uma endodontia, uma das limas escorregou-me da mão para a garganta da paciente. Eu e a minha assistente procurámos acalmá-la e depois, com muito cuidado, para não perfurar nenhuma estrutura, conseguimos retirar a lima. Mas foi um susto”, conta.

Tito Noronha, embora natural de Curaçau, formou-se também pela Escola Superior de Medicina Dentária do Porto, em 1985. Depois fixou-se no Funchal, na ilha da Madeira, mas, conta, era então bastante complicado executar uma prótese esquelética, uma coroa fixa ou um simples falso coto. “Tínhamos que

passar os moldes a gesso e enviá-los por correio para Lisboa ou para o Porto. Não havia na ilha ninguém capaz de fazer a fundição”, explica.

Recorda-se de um paciente sem palato, ao qual foi capaz de colocar uma prótese siliconada graças a uma experiência anterior, no Porto, em que assistiu uma cirurgia de um caso semelhante. “Do meu ponto de vista a intervenção era um sucesso estrondoso, o homem não cabia em si de feliz e eu também. Contudo o senhor voltou à consulta algum tempo depois e referiu-me que a patroa da quinta onde ele trabalhava gozou com ele. ‘Olha o Manelinho com dentes’. Percebi que o sucesso não depende só do trabalho harmonioso e bem executado. Está em grande parte no julgamento dos outros, o que é uma pena”.

Maria Fernanda Lima - uma portuense que, concluído o curso, em 1985, se fixou na ilha açoriana de São Jorge, que só conhecia por lá ter estado de férias com a melhor amiga - lembra-se da história de um rapaz de 23 anos que ainda tinha um canino de leite. O definitivo estava atravessado no palato. “Como o dente de leite estava a cair e o paciente não queria ficar sem o dente, arrisquei algo que nunca tinha feito: extraí o canino e autoimplantei-o no sítio correto. Até hoje tenho contato com este paciente e garanto que o dente ficou intacto durante 25 anos”, conta.

Isabel Amaral conta uma história parecida. Terminou o curso em 1986, no Porto, e instalou-se depois em São Pedro do Sul, perto de casa dos pais. “Há 15 anos, apareceu no consultório um rapaz com os dois incisivos frontais superiores inteiros, na mão, com raiz e tudo. Ele tinha sofrido um acidente de bicicleta e houve a avulsão dos dois dentes. Depois de acalmá-lo, coloquei os dentes no sítio, imobilizei e ele foi embora. Alguns anos

mais tarde eu tive um problema no computador, precisei de um técnico informático para me ajudar. Quando ele chegou, disse-me assim: ‘Lembra-se de um rapaz que veio aqui há uns anos com os dentes na mão? O rapaz sou eu’. Perguntei-lhe pelos dentes. ‘Os dentes estão aqui, olhe’. Estavam intactos no sítio onde os pus. Fiquei muito feliz”.

Formada na Escola do Porto em 1983, Leopoldina Santos começou a exercer em Espinho, de onde é natural. Recorda o caso de um pós-operatório que se complicou. “Não queríamos ficar com a responsabilidade toda, pelo que recorremos ao Hospital de Santo António”.

Em Mirandela, Margarida Lopes tratou o caso de uma senhora cujo marido todos os dias lhe batia à porta do consultório para perguntar se a esposa ia morrer. “Eu dizia que não, mas que ia precisar de tempo para resolver o problema”, conta. Demorou três semanas.

Mas nem todas as histórias são tão dramáticas. Margarida Lopes recorda o caso de uma senhora que lhe apareceu no consultório depois de ter ido aos ‘arrincas’. “Veio perguntar-me se tinha de tirar os dentes todos da boca por ter reumatismo. Eu vi a senhora e ela tinha a boca impecável. Mas tinha dentes inclusos e era daí que vinham as dores”. “Também tive o caso de uma senhora que me apareceu com uma prótese total superior e eu perguntei se ela higienizava a prótese e tinha todos os cuidados. Ela respondeu que sim. Eu perguntei como é que fazia e ela disse que era muito simples: colocava a prótese num copo com água e lixívia e introduzia aquilo entre o palato e a prótese na parte posterior, não consigo perceber bem como, e depois esguichava pela frente. Eu pensei que quando fosse tirar aquela prótese os tecidos vinham logo todos atrás e aquilo ia ser uma desgraça. Eu contei esta história a alguns colegas e,

de facto, tirei a prótese à senhora e nunca tinha visto tecidos em tão ótimas condições, ela nem sequer tinha a prótese na parte superior marcada e já a usava há 10 ou 15 anos”.

Fernanda Silvestre atendeu, na Guarda, um paciente que fazia a sua estreia nas cadeiras de um médico dentista. “Mal se sabia sentar. Quando eu lhe pedi para bochechar e cuspir, ele, em vez de cuspir para o local certo, cuspiu para o chão”, conta.

Os primeiros tempos de Carlos Bagulho em Portalegre também proporcionaram alguns episódios hilariantes. “Quando comecei a trabalhar, só tinha uma empregada, a Fernanda. Era julho, estava um calor horrível e ainda não tínhamos ar condicionado no consultório. Eu estava a fazer uma amálgama a uma senhora, que tinha o aspirador, os rolos de algodão e os porta-matrizes na boca. A Fernanda estava com aquela moleza, a trabalhar muito lentamente, e eu, zangado, disse-lhe ‘oh mulher, mexa as mãos’. Quando olhei, estava a paciente a mexer as mãos. Fiquei a rir até ao fim do tratamento”.

Alberto Josefino Correia lembra-se de uma senhora que usava uma prótese parcial acrílica superior “bastante mal concebida e muito desajustada”. Quando perguntou à paciente se conseguia comer com a prótese, ela respondeu que era precisamente para comer que a prótese lhe dava jeito. Como assim? “Para comer eu tiro-a e uso-a para empurrar a comida para o garfo”.

No prédio ao lado do consultório de Tito Noronha, no Funchal, há um calista alemão. Podem parecer atividades diferentes e inconciliáveis numa mesma história, mas, certo dia, o médico dentista recebeu uma paciente idosa que, enquanto ele, de costas, lavava as mãos e calçava as luvas, se contorcia na cadeira para erguer a saia e despir os collants. Estranhando o comportamento, o médico dentista advertiu a paciente de

que não era necessário despir as meias, ao que ela perguntou, enfadada, como é que ele pretendia tratar-lhe dos pés se as não tirasse. “Mas eu não trato de pés”, redarguiu Tito Noronha. “Então você não é o calista?”, contrapôs a cliente. “Eu não. Mas existe um nesta rua”, informou o médico.

Ainda antes de se fixar em Rio Tinto, Gondomar, Manuel Paulo andava a extrair os dentes a um paciente para depois lhe colocar umas próteses totais. O paciente, porém, queria absolutamente conservar um dos dentes, revestido por uma coroa de ouro, embora estivesse preso apenas pela gengiva. “Ele achava que era um sinal de riqueza”, recorda. O dentista resolveu o imbróglio sugerindo a extração e a posterior colocação na prótese, num sítio com mais visibilidade. “O paciente gostou da ideia”, recorda. “Confesso que achei aquilo um pouco piroso, mas o paciente saiu do consultório todo contente e bastante satisfeito com o resultado”.

No capítulo da reciclagem imprevista, Paulo Cardozo Silva enfrentou em Benavente um episódio ainda mais extravagante. Formado pela Universidade Estadual de Londrina, no estado do Paraná, no Brasil, em 1983, estabeleceu-se no distrito de Santarém e, certo dia, atendeu uma senhora que trazia um par de próteses do marido, falecido na semana anterior. “A senhora não tinha dentes e vinha de uma família um pouco humilde. Queria saber se era possível aproveitar as próteses do marido e colocar na boca dela”, conta.

Leopoldina Santos recorda-se de ter sido mordida no polegar por uma criança de três anos cuja mãe se recusava a ficar no consultório. “Tive de levar pontos e de fazer antibiótico”, conta. Noutra ocasião, atendeu uma grávida que havia fraturado dois dentes da frente. “Perguntei ao marido pelos fragmentos e ele disse que deviam ter ficado em casa, na casa de banho. Então eu

pedi-lhe para ir buscá-los, para podermos reconstituir o puzzle”.

Estabelecido em Lamego depois de se ter licenciado no Rio de Janeiro, em 1982, José Montenegro também enfrentou dificuldades para conseguir tratar uma paciente. “Gostava muito de falar e não se calava. Às vezes acontece. Temos de saber lidar com as mais diversas situações”, diz.

Vítor Magalhães formou-se na Escola Superior de Medicina Dentária do Porto em 1984. Fixou-se em Abrantes e, um dia, recebeu um telefonema de uma paciente chamada Cristina. “Como existem muitas Cristinas, eu não sabia quem era. Mas a senhora estava muito aflita e disse-me que o filho tinha caído de bicicleta e que os dentes tinham ido todos para o céu da boca. Percebi que era uma situação de urgência e disse-lhe que o rapaz tinha de ser visto por mim. Mas, antes disso, o que havia a fazer era tentar trazer os dentes para a frente com o dedo. Como tinha acabado de acontecer, não ia custar nada ao rapaz e ela conseguiu fazê-lo. No entanto, era preciso fazer uma radiografia. Combinámos então que ela viria ao consultório logo ao início da tarde, mas a tarde passava e a senhora não aparecia. Pedi à minha mulher, que trabalha comigo, que ligasse para saber o que se estava a passar e a senhora disse-lhe que se tinha deslocado ao consultório, mas o consultório não era em Abrantes, onde eu trabalho, mas sim em Lisboa. Quando lá chegou, percebeu que o consultório estava fechado. Soube depois que ela queria ter ligado para o pediatra, mas, no desespero do momento, acabou por marcar mal o número e, por coincidência, calhou logo de ser para o telefone de um dentista que, muito provavelmente, a ajudou melhor do que teria feito um pediatra”.

Na Marinha Grande, Jorge Catarino conta outro caso “caricato” que serve para demonstrar as vantagens produzidas pela

formação de médicos dentistas: “Uma vez um professor da Faculdade de Medicina de Santa Maria ia enviar uma paciente a um professor meu para ele lhe retirar todos os “chumbos” que tinha na boca, pois a senhora tinha os níveis de chumbo no organismo muito altos. Eu discordei do diagnóstico e disse que aquilo que ela tinha nos dentes não era chumbo, mas sim uma amálgama feita com prata, cobre, estanho e mercúrio, muito utilizada na época. Mas ele estava convencidíssimo de que aquilo era chumbo por causa da história antiga de “chumbar” sempre o dentinho”, diz.

Mais anedótico, mas igualmente ilustrativo das agruras inerentes à atividade dos médicos dentistas, é outro dos casos recordados por Jorge Catarino. Apareceu-lhe no consultório, certo dia, uma paciente “muito jeitosa e bem arranjada”. Quando, porém, acabou o tratamento, teve de desmarcar o resto das consultas daquele dia. “Tive de ir a casa tomar banho e ainda pus água de colónia no bigode e nos dedos. No dia seguinte ainda tinha o cheiro dela na boca, no nariz e nas mãos”.

parte 3



Os verdes
(e agitados) anos

A abertura das escolas superiores de Medicina Dentária do Porto e de Lisboa correspondeu a uma “autêntica revolução”, considera Manuel Clarimundo, estomatologista e membro da comissão instaladora do estabelecimento de ensino da capital. “Uma revolução necessária e urgente” e “um passo básico e essencial para a mudança do panorama da assistência em saúde oral no país”, acrescenta César Mexia de Almeida.



Fotografia 7: César Mexia de Almeida no Congresso da OMD, 2000.

Mas o caminho percorrido até à completa transformação da saúde oral em Portugal e para a afirmação nacional e internacional da Medicina Dentária portuguesa acabou por contar com desafios inesperados e nem sempre fáceis de superar. Os primeiros vinte anos de existência da disciplina ficaram, aliás, marcados por várias controvérsias e por duras lutas em diversas frentes.

Entre os primeiros alunos do Porto, Manuel Fontes de Carvalho, João F. C. Carvalho, António Couto Soares e Rui Magalhães foram designados para “representar o curso e iniciar o processo que conduziria à criação de uma organização de classe que pudesse acolher os futuros médicos dentistas, a qual seria responsável pelo controlo ético e deontológico da profissão, à semelhança do que já acontecia na maior parte dos países da Europa e na Comunidade Económica Europeia”, conta Manuel Fontes de Carvalho.

Partiria deste grupo - ao qual se juntaram Crespo Carvalho, Virgolino Borges e José Miguel Milheiro de Carvalho, da Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa - o pedido de integração dos futuros médicos dentistas na Ordem dos Médicos e na Sociedade Portuguesa de Estomatologia (atual Sociedade Portuguesa de Estomatologia e Medicina Dentária), e também, em 1991, a criação da Associação Profissional dos Médicos Dentistas.

Por outro lado, a primazia do Porto na abertura do curso acabou por ditar que a cidade assumisse uma posição central nas batalhas que a seguir viriam, contrariando a habitual centralização destes assuntos na capital. “Foi determinante”, considera Manuel Fontes de Carvalho. “Quando me inscrevi em Medicina Dentária, convenci dois colegas, João F. C. Carvalho e António Couto Soares - que estavam fortemente ligados, tal como eu, aos movimentos associativos da época -, a inscreverem-se

também. Naturalmente assumimos a liderança das operações, beneficiando do facto de os colegas de Lisboa serem poucos e inexperientes. Essa liderança prolongou-se na Secção de Medicina Dentária da Ordem dos Médicos e fizemos questão de que constasse dos estatutos o artigo que diz que a sede da Ordem era no Porto. Acho que os colegas de Lisboa nunca nos vão perdoar, mas está na lei que criou a Ordem”, explica Fontes de Carvalho.

Com os alunos do Porto no âmago das operações tendentes à integração e afirmação dos futuros médicos dentistas, foi ainda necessário esperar por 1979 para que, com os primeiros licenciados do novo curso, viesse a ser concretizada a sua entrada na Ordem dos Médicos.

“Auxiliados pelo professor Machado Capelas, que presidia ao Colégio de Especialidade de Estomatologia da Ordem dos Médicos, iniciámos os contactos com o Conselho Regional Norte da Ordem (então presidido pelo doutor José Guimarães dos Santos), o qual, desde o início, acolheu favoravelmente as nossas intenções de lá sermos inscritos”, conta Manuel Fontes de Carvalho.



Fotografia 8: Armando Simões dos Santos, 1998.

E prossegue: “Em Lisboa, onde em 1977 abriu o curso, os professores Armando Simões dos Santos, Manuel Clarimundo Emílio e Jorge Leitão intervieram também junto da direção nacional da Ordem dos Médicos e foi possível sensibilizar o Conselho Nacional Executivo, com a preciosa intervenção do doutor Gentil Martins, então bastonário”. A integração, acrescenta, só aconteceria em 1980, com a criação da Secção de Medicina Dentária da Ordem dos Médicos. Até lá, continua Fontes de Carvalho, “foi necessário um longo e exaustivo processo de negociações, que passou por uma prova rigorosa de aceitação, pela Ordem dos Médicos, do plano curricular das escolas do Porto e de Lisboa, de forma a garantir que os médicos dentistas estavam capazes de executar todos os ‘atos de Medicina Dentária’, incluindo a prescrição universal livre, tal como ficou inscrito no Estatuto da Secção de Medicina Dentária”.

Para o direito de prescrição universal dos médicos dentistas concorreu o facto de os primeiros anos do respetivo curso serem em tudo semelhantes aos dos outros médicos, com particular enfoque nas cadeiras de Terapêutica. “São médicos como os outros”, sintetiza Gentil Martins, assim justificando também a sua integração na Ordem dos Médicos. “Têm uma formação específica, mas são médicos. Obedecem ao mesmo código de ética, a função humana e social é a mesma. Têm de se preparar para dar resposta àquilo de que o doente precisa. Reconhecendo-se o conteúdo programático da formação, e a sua idoneidade, não havia razão nenhuma para não serem inscritos na Ordem, com as mesmas condicionantes”, concretiza o então bastonário da Ordem dos Médicos.

Reconhecendo que existia já uma especialidade da Medicina com uma preparação parecida, a Estomatologia, e que isso gerou algum conflito, Gentil Martins acrescenta que teve duas preocupações fundamentais: por um lado, o curso de Estoma-

tologia não tinha formação específica, apenas um internato especializado, e, por outro, era necessário tomar uma posição imediata para impedir o reconhecimento dos odontologistas impreparados, sem qualquer formação ou com formação inadequada. “Quanto ao resto, a formação especializada dos médicos dentistas veio a revelar-se profundamente atual e necessária”, diz.

António Faria Gomes, estomatologista que viria a integrar o grupo fundador da escola de Coimbra, conta, numa entrevista publicada no número de julho/agosto de 2014 da revista *Saúde Oral*, que a ideia do grupo fundador da Medicina Dentária passava pela “criação do ensino estomatológico”. “Mas a Comunidade Económica Europeia não permitiu. No meu entender, mal”.

“Existia, não o nego, uma rivalidade entre os médicos dentistas e os estomatologistas, um certo desassossego, pelo que nem sempre era fácil conciliar as respetivas posições com a necessidade de preparar um caminho diferente”, afirma, por seu lado, Gentil Martins.

O sucesso do processo de integração dos médicos dentistas na Ordem dos Médicos contou ainda, refira-se, com a cumplicidade de Manuel Clarimundo, que então presidia ao Colégio de Especialidade de Estomatologia da Ordem dos Médicos e que estivera na comissão instaladora da Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa. “Mas, quando Machado Macedo foi eleito bastonário e Faria Gomes assumiu a presidência do colégio de especialidade, o panorama complicou-se”, recorda Manuel Clarimundo. Deste modo se reavivou a rivalidade dos primeiros anos, durante os quais o pedido de adesão dos médicos dentistas à Sociedade Portuguesa de Estomatologia foi sucessivamente recusado, apenas tendo sido concretizado em

1981, na sequência de uma decisão da assembleia geral de 24 de novembro de 1979.

Entre 1977 e 1980, conta Manuel Fontes de Carvalho, “houve imensos episódios conturbados, alguns de enorme delicadeza, pois não era universalmente aceite, entre os estomatologistas, o aparecimento desta nova profissão”. “Muitas das tentativas para sermos aceites nas associações existentes foram rejeitadas e deram lugar a tensas discussões que complicaram muito a nossa afirmação”, acrescenta. E concretiza: “Ainda estudantes, pedimos a nossa integração na Sociedade Portuguesa de Estomatologia, a qual foi sempre recusada, pois a direção era constituída maioritariamente por estomatologistas que nos eram adversos. Só depois de termos terminado o curso, e como resultado do imenso trabalho realizado pelos colegas de Lisboa, foi possível essa integração e a consequente alteração dos estatutos da sociedade científica. Mas, até que isso acontecesse, fomos expulsos de uma reunião havida em Tomar e de uma outra na Guarda, e éramos mal recebidos nas reuniões científicas ou comemorativas organizadas pela sociedade. Recordo uma célebre, realizada no Dia de Santa Apolónia, na Póvoa de Varzim, em que a reação de alguns estomatologistas a um discurso meu foi indescritível e quase levou à rotura total do relacionamento que procurámos manter”.

A 26 de maio de 1979, por exemplo, os médicos estomatologistas e os internos de especialidade dos Serviços de Estomatologia dos Hospitais Cívicos de Lisboa, do Hospital Santa Maria, do Hospital Egas Moniz, dos Hospitais da Universidade de Coimbra, do Hospital de São João e do Hospital de Santo António remeteram uma carta ao secretário de Estado da Saúde. “Alertados pela existência de um movimento que visa definir a situação e o espaço a ser ocupado pelos futuros ‘médicos’ dentistas, isto é, futuros licenciados pelas Escolas Superiores de Medicina

Dentária”, os estomatologistas reivindicavam o direito de participar na definição do campo de ação dos novos profissionais e na “delimitação criteriosa dos direitos e deveres recíprocos”.

A transformação da SPE em Sociedade Portuguesa de Estomatologia e Medicina Dentária acabaria, todavia, por se impor. Fernando Peres havia de o explicar anos mais tarde, em dezembro de 1997, durante a cerimónia de inauguração da nova sede da SPEMD: “Ou (a SPE) se mantinha como uma sociedade só ligada à área da Estomatologia, e logo com tendência para desaparecer, (...) ou então abria as portas aos médicos dentistas”.

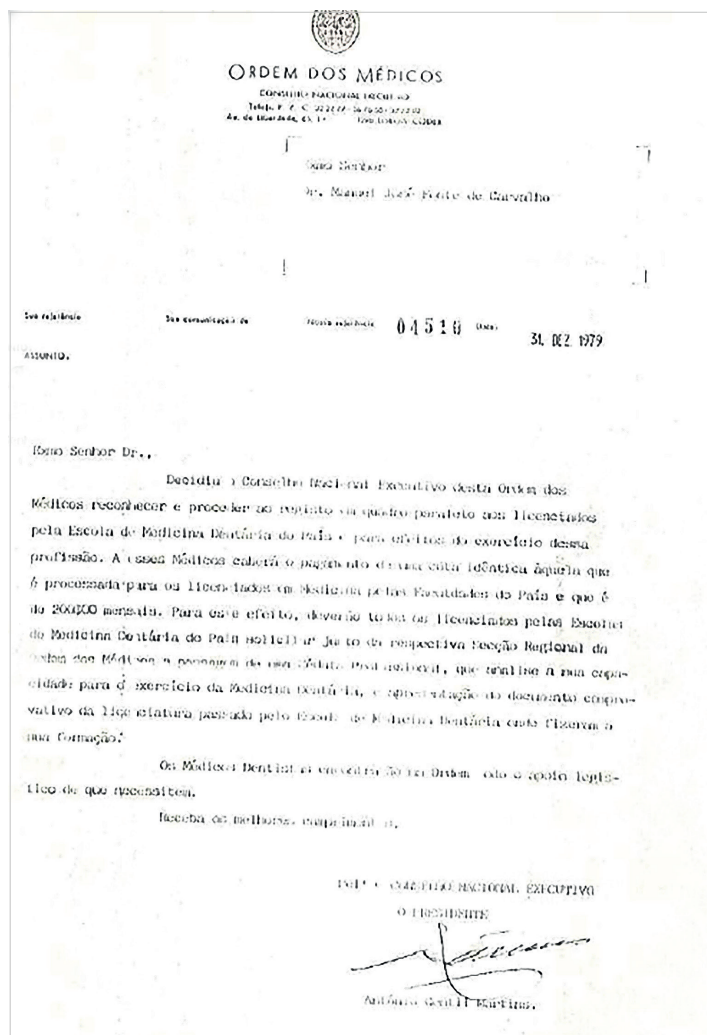
Mas o conflito entre médicos dentistas e estomatologistas, recorda Manuel Clarimundo, só haveria de ficar definitivamente sanado alguns anos mais tarde, quando Maló de Abreu convidou Faria Gomes para integrar a escola de Coimbra.

Antes disso, entre a conclusão do primeiro curso do Porto e a entrada da Ordem dos Médicos, os primeiros dentistas atravessaram um período de enorme indefinição, quase um limbo legal, ao que acrescia o facto de a escola do Porto depender diretamente do Ministério da Educação e não da Universidade do Porto, a qual, todavia, havia de emitir os primeiros documentos de certificação. Os pioneiros foram, ainda assim, acolhidos oficiosamente na Secção Regional Norte até à completa integração na Ordem dos Médicos, a 24 de janeiro de 1980, data em que o bastonário António Gentil Martins reconheceu aos licenciados pelas escolas de Medicina Dentária a capacidade para o exercício da profissão médica “ao mesmo nível que os médicos estomatologistas”, os quais, todavia, mantiveram a primazia no acesso às vagas hospitalares. Naquele documento, António Gentil Martins acrescentava ainda que os licenciados em Medicina Dentária seriam considerados médicos e admitidos na Ordem desde que possuissem cé-

dula passada pela Ordem dos Médicos, comprovativa da sua inscrição em quadro próprio.



Fotografia 9: António Gentil Martins, bastonário da Ordem dos Médicos.



Fotografia 10: O Conselho Nacional da Ordem dos Médicos decide, em 1980, reconhecer e admitir em quadro paralelo, os licenciados das Escolas Superiores de Medicina Dentária, para efeitos do exercício da profissão.

Com João F. C. Carvalho na presidência, ficou desde logo assente, segundo Manuel Fontes de Carvalho, que a Secção de Medicina Dentária da OM “existiria até que o número de médicos dentistas justificasse a criação de uma associação de direito público própria ou de uma ordem”. “A inscrição na Ordem dos Médicos era obrigatória e dela dependia a autorização de exercício e a possibilidade de prescrição. O controlo deontológico cabia ao Conselho Deontológico da Ordem dos Médicos e a direção da secção só dependia do Conselho Nacional Executivo e do bastonário da Ordem dos Médicos”, recorda Fontes de Carvalho. “Chegamos mesmo a votar nas eleições para o bastonário, embora isso tivesse sido posto em causa mais tarde, aquando da eleição do professor Machado Macedo, que sucedeu ao doutor Gentil Martins”.

O vazio legal em que os médicos dentistas exerciam a profissão só viria a ser completamente superado em março de 1983, com a aprovação pela Ordem dos Médicos do Regulamento da Secção de Medicina Dentária. Dois anos depois, em junho de 1985, seria apresentado o Projeto de Carreira dos Médicos Dentistas no SNS, o qual, porém, não chegou a ser concretizado. O articulado, conta Fontes de Carvalho, “era em tudo idêntico ao projeto de carreira dos especialistas de Medicina Interna, cujo colégio de especialidade estava em formação”. “O projeto foi entregue por mim e pelo doutor Guimarães dos Santos ao ministro da Saúde da época, o qual o recebeu, mas que, desde logo, nos foi dizendo que dificilmente seria aceite”, acrescenta.

Gentil Martins recorda que, numa conversa posterior com a ministra da Saúde Leonor Beleza, esta lhe disse que metera o documento “na gaveta, creio que por prever um futuro de grande desemprego para a profissão”. “E lá foi ficando. Até hoje”. Só em 2023, aliás, a questão voltou a ganhar um novo impulso, apesar de ao longo dos anos terem surgido o Programa

Nacional de Prevenção das Doenças da Boca, o Cheque-Dentista ou a criação de gabinetes de saúde oral nas unidades de saúde familiar.

Em 1993, os Médicos Dentistas viriam ainda a insurgir-se contra a criação do Serviço de Estomatologia no Hospital de São João, no Porto, considerando que constituía um desperdício de recursos e que não acautelava as reais necessidades da população.

Enquanto se dirimia o conflito de interesses entre médicos dentistas e estomatologistas, outra e não menos decisiva batalha estava em curso, tendo na sua génese a prática estabelecida dos autodesignados odontologistas. Se a sua formação era, na esmagadora maioria dos casos, francamente insuficiente, o sindicato que representava estes profissionais passou, com o 25 de Abril de 1974, “a emitir carteira profissional a qualquer um que quisesse exercer”, sem nenhum tipo de controlo, conta Manuel Fontes de Carvalho. “Alguns nem a quarta classe tinham, o sindicato misturava médicos e chapeiros de automóveis”, acrescenta Manuel Clarimundo. Ainda mais grave, os odontologistas haviam aproveitado a semelhança com a designação dos dentistas no resto da Europa para passarem também a representar Portugal nas instituições europeias que procuravam, na época, regular o exercício da profissão, nomeadamente na Comissão de Peritos da CEE e no Comité de Liaison da Arte Dentária.

“O problema foi tirá-los de lá”, diz Fontes de Carvalho. “Foi preciso demonstrar que não havia qualquer formação em Odontologia em Portugal”, o que só foi possível com o respaldo da Ordem dos Médicos. “Mas o Ministério da Educação não nos passava sequer uma justificação para a nossa presença nas reuniões”, relata Manuel Clarimundo. “Foram tempos de uma convulsão enorme e nós éramos uns miúdos de vinte e tal anos”, acrescenta.



Fotografia 11: João Pimenta, Sampaio Fernandes, João F. C. Carvalho, Manuel Fontes de Carvalho, e Crespo Carvalho no Dental Liaison Committee, 1986.

Para complicar o problema, o Ministério da Educação decidiu, em 1977, permitir a regularização profissional dos odontologistas, permitindo-lhes que fizessem um curso acelerado de reciclagem e um exame de avaliação de competências, o que permitiu a legalização de perto de meio milhar destes profissionais, aos quais foi concedida uma capacidade de prescrição muito limitada, restrita a um conjunto de medicamentos fixados por portaria do Governo. Não lhes foi permitida, porém, a entrada na Ordem dos Médicos, a qual, em vários pareceres, considerou sempre que só os médicos estomatologistas e os médicos dentistas dispunham de regulamentação e formação académica para o exercício médico-dentário.

“Mas alguns dos odontologistas que chumbaram no exame continuaram a exercer até ao início do século XXI, com o controlo deontológico a ser feito pelo Ministério da Saúde”, conta Manuel Fontes de Carvalho. Beneficiaram, para isso, da complacência dos governos da época, que, em 1982, tentaram impor um novo processo extraordinário de reciclagem dos ilegais, ao qual a Ordem dos Médicos se opôs, considerando que o assunto havia ficado encerrado em 1977, “por consenso unânime de todos os intervenientes”. De contrário, “bastaria ter feito ilegalmente um curso e ter exercido ilegalmente tempo suficiente para merecer legalização. Belo precedente”, escreveu-se, então, na revista da OM.

As questões relacionadas com o exercício profissional e a representação internacional dos odontologistas só ficaram definitivamente resolvidas em 1986, com a entrada dos médicos dentistas no *Dental Liaison Committee*, organismo que representa a profissão junto da Comissão Europeia, não sem que, entretanto, tivessem surgido tentativas para legalizar um novo sindicato de odontologistas, criado a partir de uma cisão na estrutura original, ou para criar faculdades de Odontologia em Lisboa e

Porto, no âmbito da Universidade Livre. O Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos, refira-se, chegou, em 1985, a indicar o respetivo Colégio de Estomatologia para assegurar a representação portuguesa no comité, mas a Secção de Medicina Dentária conseguiu fazer valer os seus argumentos, alegando que os estomatologistas dispunham já, a nível europeu, de uma comissão de ligação profissional, a União Europeia dos Médicos Especialistas.

Para o sucesso da transição concorreu, em grande medida, a presidência espanhola do comité, a qual, numa reunião nas Ilhas Canárias, em novembro de 1988, e compreendendo o complexo quadro que se desenhava em Portugal, decidiu passar a liderança do organismo aos colegas portugueses de Medicina Dentária, “para ajudar a legalizar a situação”, conta Fontes de Carvalho. “Não tínhamos dinheiro, sequer, para pagar as despesas da presença na reunião”, revela. João F. C. Carvalho, então presidente da Secção de Medicina Dentária da Ordem dos Médicos, foi indicado para liderar o *Dental Liaison Committee* da Comunidade Económica Europeia nos anos de 1989 e 1990, numa decisão adotada por unanimidade entre todas as delegações estrangeiras presentes na reunião de Tenerife. “Parece-nos extremamente importante, nesta altura, esta decisão, tanto mais que o funcionamento em Portugal do *Dental Liaison Committee* poderá determinar a resolução dos principais problemas com que se debateram os médicos dentistas portugueses”, comentou João F. C. Carvalho num jornal da época.

10 Sexta
10. Novembro - 1989

JM

DENTISTAS ILEGAIS EM PORTUGAL JÁ ULTRAPASSAM OS TRÊS ML

— Alerta do Presidente da Secção de Medicina Dentária da ORDEM DOS MÉDICOS

Calcula-se que existem em Portugal neste momento cerca de três mil e quinhentos dentistas, a exercer a profissão em situação legal.

Desse número dois mil são de nacionalidade brasileira, sendo os restantes mil e quinhentos portugueses que de há doze anos para cá vêm exercendo a profissão também ilegalmente.

Este número consegue ser já superior ao de profissionais habilitados e que exercem no nosso país com legalidade.

Esta situação foi denunciada ontem pelo presidente da Secção Médica Dentária da Ordem dos Médicos, João Carvalho.

A afirmação foi feita no Funchal no decorrer de uma conferência de imprensa que visa preparar a 2.ª Reunião do Comité de Liaison da CEE, que vai ter lugar nesta cidade a partir de hoje e até ao próximo domingo, sob o patrocínio do Governo Regional.

Esta comissão é constituída por delegados das organizações profissionais de todos os países da Comunidade, em representação dos cento e cinquenta mil dentistas aí existentes. Este ano, Portugal foi chamado a assumir a presidência do Comité através da Secção de Medicina Dentária da Ordem dos Médicos.



A conferência de imprensa foi presidida por João de Carvalho. Ao lado, dois membros da Secção de Medicina Dentária da Ordem dos Médicos, Fontes de Carvalho e Sampaio Fernandes.

— «Para além disso a grande parte dos titulados no Brasil possuem licenciaturas cujo reconhecimento é de âmbito regional (Estadual) e por isso limitado na circulação dentro do seu próprio país», continuou aquele médico.

Disse que a delegação portuguesa ao comité da CEE não pode deixar de alertar os seus parceiros europeus para a eminência de profissionais deste tipo poderem ultrapassar as

seus fronteiras transmitindo a sua nefasta intervenção ao território europeu se não for restringida urgente e a sua circulação sob pena de ser afectado o exercício dos profissionais portugueses e de todos os médicos europeus que venham a instalar-se em Portugal.

João de Carvalho acrescentou que esta situação está em vias de ser agravada pela intenção do Governo português de legalizar mais cerca de 1500 indivíduos de nacionalidade portuguesa não habilitados por qualquer curso e que vêm exer-

cendo clandestinamente nos últimos doze anos. Explicou que isto vem desde 1977 altura em que foi nomeada uma Comissão Técnica de enquadramento de candidatos não aptos nos cursos de reciclagem em profissões auxiliares dentárias.

Estes candidatos encontravam-se a exercer a profissão de dentistas tendo como habilitações apenas a 4.ª classe. Com esta despacho foram convidados a legalizar a sua situação inscrevendo-se num curso de reciclagem aos fins de semana, durante seis meses. Acontece porém que só quinhentos passaram, os restantes, apesar de terem sido reprovados, continuam a praticar medicina dentária.

— «O que nos espanta é que o Ministério da Saúde venha agora dizer que os mil e quinhentos candidatos que não ficaram aprovados sejam inseridos na profissão» — declarou João de Carvalho, afirmando que estes continuam actualmente a trabalhar na boca do paciente com a cobertura de profissionais legalizados.

— «É um pouco aborrecido que o Governo tente reciclar pessoas que não têm habilitações nenhuma» — frisou defendendo que é preciso consciencializar as pessoas para este facto.

Salientou que outros países têm o mesmo problema que nós com a chegada de dentistas estrangeiros e de fora dos países da CEE a quererem exercer ilegalmente. É o caso de Espanha, que tem visto chegar grande número de argentinos e da Itália com a chegada de dentistas vindos de países de Leste.

A Secção Dentária da Ordem dos Médicos tem-se debatido pela solução deste problema e projecta a criação de uma Ordem dos Médicos Dentários que actue em estreita ligação com a Ordem dos Médicos. Esta questão vai contar com o patrocínio do grupo parlamentar do PSD para discussão na Assembleia da República.

João de Carvalho adiantou que

o estatuto da nova Ordem dos Médicos Dentistas em Portugal foi já elaborado e apresentado encontrando-se o mesmo em fase de apreciação constitucional aguardando-se a sua apreciação parlamentar para Janeiro de 1990.

A criação da Ordem Portuguesa dos Dentistas pretende disciplinar a atribuição de equivalências evitando assim que a lei seja atropelada em detrimento da dignidade profissional dos profissionais de medicina dentária portuguesa e da Saúde Pública.

O estatuto obriga que todos os profissionais sejam inscritos na Ordem, se as suas habilitações não correspondem ao que a nível da CEE é exigido então não são reconhecidos e não podem exercer, estão em situação ilegal.

Deve ser definida legislação que impeça neste caso que quem não é reconhecido exerça no nosso país — ressaltou.

LEGALIZAÇÃO DAS FACULDADES DE ODONTOLOGIA: QUESTÃO POLÊMICA

Outra questão polémica levantada nesta conferência de imprensa foi a questão da legalização das Faculdades de Odontologia Privadas em Portugal.

No entender da Secção Médica Dentária da Ordem Médica Portuguesa o Governo português, após decisão algo polémica resolveu aprovar legislação que possibilita a instalação das Faculdades Privadas de Odontologia. Declarando que a Secção não tem nada contra os licenciados nessas faculdades, desde que possuidores de currículo idóneo, João de Carvalho lembrou que com a criação desses novos cursos Portugal se verá na eminente situação de ter desemprego na área médico dentária.

«É lamentável que um governo que se pretende realista permita a formação e organização de cursos privados num país da Comunidade em que todas as escolas deste tipo estão fechadas ou em vias de o ser».

A conferência de imprensa dada ontem no Hotel Savoy, presidida pela Secção Médica Dentária da Ordem dos Médicos, além de alertar a Comunicação Social e, através dela, a população da Madeira, para estes problemas, teve por objectivo apresentar os temas que irão ser discutidos a partir de hoje no Hotel Savoy na 2.ª reunião do Comité de Liaison da CEE. Um encontro que reunirá mais de cinquenta membros de delegações de países europeus.

A reunião será oficialmente iniciada com a presença do secretário dos Assuntos Sociais, Rui Adriano.

Os trabalhos vão manter-se até ao próximo domingo.

Marina Figueirôa

Em 1990, um despacho do ministro Arlindo de Carvalho reacendeu a discussão ao criar um grupo de trabalho que pretendia regularizar a situação dos “indivíduos que exercessem a atividade de odontologia” e que não tivessem feito o curso de reciclagem de 1977, que tivessem chumbado nas provas respetivas e que não tivessem beneficiado do despacho de 1982.

O conflito com os odontologistas ficou, no essencial, resolvido com a criação, em 1991, da Associação Profissional dos Médicos Dentistas - e a respetiva autonomização relativamente à Ordem dos Médicos - e com a Lei nº 110191, de 29 de Agosto, a qual passou a condicionar o exercício da profissão à inscrição na APMD, a qual, por sua vez, só era possível a quem tivesse uma licenciatura em Medicina Dentária ou a respetiva equivalência.

Ainda assim, em 1992, e face ao “crescente número de situações em que profissionais não médicos dentistas utilizam abusivamente a designação ‘Medicina Dentária’”, a APMD solicitou à Ordem dos Médicos a adoção de medidas disciplinares e ao governo que publicasse legislação que permitisse o combate mais eficaz do exercício ilegal. Pelas contas de Manuel Fontes de Carvalho, publicadas no número de abril de 1993 da revista da APMD, existiam então 900 inscritos na associação profissional, aos quais se somavam 600 estomatologistas e cerca de mil ilegais.

“Continuamos confrontados com o caos”, escrevia Fontes de Carvalho em fevereiro de 1994; com “oportunistas” que “vão ganhando a vida como ratos de sarjeta”, criando um problema de saúde pública.

“Não há possibilidade de acabar com o exercício ilegal se não houver uma lei objetivamente contra isso. Já apresentámos até um projeto de lei ao Ministério da Justiça, mas o ministro não quer avançar com essa legislação”, concretizava numa entrevista

Fotografia 12: Conferência

de imprensa no âmbito da 2ª reunião do Dental Liaison Committee, realizada no Funchal em 1989.

concedida à revista da APMD de janeiro-março de 1995, a qual assinalava a eleição de Fontes de Carvalho para a presidência da associação profissional dos médicos dentistas.

Quase dois anos depois, e também na revista da associação, Fontes de Carvalho voltava ao assunto: “Portugal não pode continuar a permitir no setor da saúde, no século XXI, na época das grandes doenças infectocontagiosas, na era dos grandes desenvolvimentos e descobertas, que os cuidados de saúde oral continuem a ser exercidos, também, por pessoas que não detêm qualquer tipo de habilitação técnica ou académica. É, no mínimo, terceiro-mundista”.

Pela sua parte, a APMD passou a apresentar participações-crime contra todos os casos de prática ilegal e usurpação de título que ia detetando, publicitando-as regularmente na sua revista. Em fevereiro de 1998, a associação acabou por participar no Congresso Nacional dos Odontologistas, tendo estes reconhecido que a APMD devia “assumir sem complexos a liderança na pacificação das classes profissionais de medicina oral”. Mas o verniz voltaria a estalar no final desse ano, quando, a 7 de dezembro, uma lei aprovada pelos deputados do PS e do CDS-PP voltou a permitir legalizar “centenas de odontologistas” que continuavam a exercer à margem da lei, concedendo-lhes até o poder de prescrever alguns medicamentos e criando para eles um Conselho Ético e Profissional (que, alguns meses antes, o presidente do Conselho Deontológico e de Disciplina da APMD, Crespo Carvalho, compararia, em entrevista à revista da associação, a “uma ordem para carteiristas”).

A recém-criada Ordem dos Médicos Dentistas reagiu à novidade apresentando uma queixa contra o Estado português junto da Comissão Europeia, a qual já em setembro de 1998 instaurara um processo de infração a Portugal.

Só em 2001, refira-se, a intervenção das autoridades europeias permitiu regularizar de forma definitiva a situação dos odontologistas, dando razão às exigências dos médicos dentistas portugueses. Na sequência da queixa apresentada, a Comissão Europeia impôs ao Estado Português a alteração da Lei 4/99, forçando-o a admitir a excecionalidade do processo de legalização daqueles profissionais e a proibi-los de efetuar atos cirúrgicos (com exceção dos relativos a dentes erupcionados), de implantologia e de ortodontia.

Aquela lei, refira-se, pretendia também dirimir o novo conflito que então se agudizara e em cujo fulcro estavam os de cerca de dois mil cirurgiões-dentistas brasileiros que alegadamente exerciam a profissão em Portugal à margem das regras estabelecidas - nomeadamente pelas instituições europeias.

“Um dia”, em 1988, conta Manuel Fontes de Carvalho, “na véspera de mais uma deslocação a Lisboa, o assessor de imprensa da Ordem dos Médicos, José Mendonça, confia-me durante uma conversa que alguém teria divulgado que estariam perto de dois mil brasileiros a exercer em Portugal, em situação ilegal”. “Perguntou-me se poderia difundir essa notícia, em nome da Ordem dos Médicos, e dei-lhe a minha anuência. No dia seguinte, ao chegar a Lisboa, qual não é o meu espanto quando, no aeroporto, compro o vespertino *A Capital* e constato que a notícia que preenchia a primeira página era precisamente essa: ‘Há cerca de 2000 dentistas brasileiros ilegalmente no país’.

Aprovada por unanimidade na Assembleia da República a 20 de junho de 1991, e regulamentada pela Lei nº110/91, a Associação Profissional dos Médicos Dentistas mal teve, assim, tempo para se instalar. A direção presidida por João F. C. Carvalho, tendo Manuel Fontes de Carvalho como vice-presidente, viu-se a braços com aquele contencioso político e diplo-

mático com ampla cobertura mediática, numa altura em que a sede da associação funcionava no automóvel de Fontes de Carvalho, tendo o porta-bagagens como arquivo (mais tarde a sede transitaria para um apartamento alugado na Rua Joaquim Kopke, no Porto).



Fotografia 13: A sede provisória da APMD, na Rua de Joaquim Kopke, funcionou até 1997.

A criação da associação de direito público, segundo Fontes de Carvalho, aconteceu, “primeiro, porque o número de médicos dentistas inscritos na Ordem dos Médicos já o justificava e, depois, porque havia pressão internacional dos nossos parceiros da União Europeia, onde as associações profissionais dos dentistas eram e são independentes das ordens dos médicos respetivas, e também porque o bastonário da Ordem, o professor Machado Macedo, estava a ser fortemente pressionado para que saíssemos”. “Recordo um célebre ‘abaixo assinado’ dos jovens Médicos Internos que queriam que deixássemos a OM a qualquer preço”, conta Fontes de Carvalho.

“Recebemos então (junho de 1989) a notificação da decisão do Conselho Nacional Executivo da Ordem, que nos pedia a saída condicionada à criação de uma organização profissional de direito público própria. Ficaríamos, e ficámos, até que a Assembleia da República aprovasse a criação da APMD, a qual, já nessa altura, era para ser Ordem dos Médicos Dentistas. Não o foi logo apenas por uma razão circunstancial, quase hilariante”, conta Fontes de Carvalho.

“A associação própria teria de ter o Estatuto de Direito Público, dado que se tratava de uma profissão de saúde, com os profissionais sujeitos a inscrição obrigatória, que permitisse o necessário controlo deontológico em todos os aspetos que o seu exercício implica”, recorda Fontes de Carvalho. “Assim sendo, em conjunto com o nosso assessor jurídico (Miguel Lopes Cardoso), elaboramos um projeto de estatuto que teve como base inspiradora os estatutos das ordens dos médicos e dos advogados. Na altura, foi entendido que seria vantajoso para a nova profissão que esse estatuto fosse lei e não decreto-lei, e que seria o estatuto da Ordem dos Médicos Dentistas. A razão de ser lei era politicamente importante, pois, sendo a primeira ordem criada após o 25 de Abril, era importante colher o apoio

da AR e não ficarmos sujeitos à possibilidade de um qualquer Governo introduzir alterações ao articulado com a facilidade que um decreto-lei permite”.

O projeto contava, para além disso, com a oposição do bastonário da Ordem dos Médicos, Machado Macedo, então a braços com uma crise interna, já que, diz Fontes de Carvalho, os médicos generalistas ameaçavam sair da OM e criar uma outra ordem.

“O doutor Luís Filipe Meneses, que presidia ao Grupo Parlamentar do PSD, chegou a dizer-me que a Ordem dos Médicos nunca aceitaria a criação de outra ordem médica”, conta Fontes de Carvalho.

Após negociar o documento com vários partidos - e apenas para a criação de uma associação profissional representativa dos médicos dentistas -, o mesmo foi entregue ao presidente do Grupo Parlamentar do PSD numa reunião em que participaram, para além de Manuel Fontes de Carvalho, Albino Soares (Secretário de Estado da Comunicação e dos Assuntos Parlamentares), os deputados Carlos Oliveira e Manuel Moreira, e João F. C. Carvalho, Crespo Carvalho e José Miguel Milheiro de Carvalho. Mas o agendamento da discussão foi sendo protelado e parecia condenado a transitar para a legislatura seguinte, o que implicava reiniciar o trabalho negocial com os vários partidos representados no parlamento.

“Eis senão quando, já no fim de julho, em plenas férias da AR, volto a receber um telefonema do doutor (Luís Filipe) Meneses dizendo que ia acontecer, dentro de uma semana, uma Conferência de Líderes para aprovar uma alteração legislativa, com carácter de urgência, pedida pelo Governo, pois tinha sido esquecida no orçamento a inclusão da verba necessária à organização do Campeonato do Mundo de Futebol Júnior

que ia decorrer em Lisboa, e o PSD não queria que a agenda dessa Conferência de Líderes fosse apenas com esse ponto, pelo que era possível incluir a aprovação do nosso projeto de lei e de mais um ou dois que tinham ficado pendentes. Só havia uma condição: a nova associação não podia ser uma ordem, pois havia a oposição declarada da Ordem dos Médicos. Pela voz do professor Machado Macedo tinha sido transmitido à AR que o Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos recusava a existência da Ordem dos Médicos Dentistas, mas não se opunha à criação de uma associação de Direito Público, uma vez que havia uma ameaça interna de novos especialistas, que ameaçavam sair da OM e formar outra ordem paralela”.

“Foi-me proposto mudar o nome de Ordem para Associação Portuguesa dos Médicos Dentistas”, conta Fontes de Carvalho. E acrescenta: “A proposta foi aceite, pois o que mais interessava era ter plasmada na lei a qualidade de associação de direito público. Na verdade, era a mesma coisa ser ordem ou associação. Tivemos a aprovação por unanimidade, mas só percebemos os erros depois de a lei ser publicada”. Haviām sido retirados dois artigos por suposta inconstitucionalidade e na redação final, em vez de Associação Portuguesa dos Médicos Dentistas, apareceu Associação Profissional dos Médicos Dentistas.

O estatuto da associação acabou, mais tarde, por dar origem ao estatuto da Ordem dos Médicos Dentistas.

Já a resolução do imbróglio com os cirurgiões-dentistas originários do Brasil tardou muito mais a resolver-se.

O primeiro indício surgira ainda em 1984. Numa carta datada de 12 de abril, António Gentil Martins alertava os colegas da Secção de Medicina Dentária para aquilo a que designa como uma “invasão” de cirurgiões-dentistas brasileiros. Seriam já cerca

de 500, a maioria dos quais não solicitara, sequer, qualquer aprovação por parte da Ordem dos Médicos. Em 1989, aquele número ascenderia já a mais de 3 mil, segundo elementos revelados numa reunião do *Dental Liaison Committee* da CEE realizado no Funchal.

“O episódio mais famoso da história da Medicina Dentária portuguesa”, conforme lhe chama Manuel Fontes de Carvalho, só viria a ser definitivamente resolvido em 1998, com a revisão do “Acordo Cultural Luso-Brasileiro” de 1966, culminando uma longa controvérsia - e uma crise diplomática - que encheu páginas de jornais e mobilizou os governos, os parlamentos e os presidentes da república dos dois países. “Estava em causa não apenas a questão dos dentistas, mas sobretudo a resolução do problema do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, vigente desde o tempo de Oliveira Salazar e que Portugal tinha que renegociar por imposição da Comissão Europeia”, conta Fontes de Carvalho. “Obviamente que o Brasil não queria fazer essa revisão e a nossa questão serviu muitas vezes de argumento para o impasse das negociações”, acrescenta.

A batalha política e diplomática foi dura e chegou a envolver acusações de discriminação, fascismo, corporativismo e xenofobia - expressão que, pela primeira vez, irrompeu no debate público em Portugal.

“Houve situações muito complicadas”, conta Fontes de Carvalho. “Uma vez fui chamado para uma reunião no Governo Civil do Porto, com o comandante da PSP, na qual me foi dito, por causa de indícios recolhidos pelo serviço de informações, que eu passaria a ter um polícia à porta do consultório. E a GNR levava os meus filhos à escola”.

O busfís da questão residia - recorda Manuel Fontes de Carvalho,

então na linha da frente do conflito - no facto de o antigo Acordo Cultural Luso-Brasileiro prever o reconhecimento automático dos currículos académicos nos dois países. “O problema é que os cursos de cirurgião-dentista eram muito diferentes no Brasil. Alguns eram tão bons ou melhores do que os nossos, mas outros não ofereciam qualquer garantia técnica e científica e constituíam um risco enorme para os pacientes, para além de configurarem uma situação de concorrência desleal para com os médicos dentistas portugueses, que faziam uma formação de seis anos, com um tronco comum em Medicina que inclusivamente nos concede o direito à prescrição universal e à emissão de certidões de óbito”.

João F. C. Carvalho, então presidente da Secção de Medicina Dentária da Ordem dos Médicos, já o sintetizara numa carta enviada em maio de 1985 ao presidente do Conselho Nacional Executivo da OM, numa altura em que a Ordem ponderava legalizar os brasileiros que exerciam em Portugal: “Como V. Exa. sabe, existem no Brasil Faculdades de Odontologia cuja idoneidade é nula ou muito próxima disso, pelo que a admissão automática de candidatos provenientes desse país na Secção de Medicina Dentária se pode tornar extremamente perigosa e futuramente desprestigiante para a classe, para além de contribuir com argumentos para os mentores das chamadas Faculdades de Odontologia Portuguesas”.

Ainda assim, Hiram Fisher Trindade, então presidente da Secção Portuguesa da Associação Brasileira de Odontologia (ABO-P), que liderava o movimento de protesto dos profissionais brasileiros e era reconhecida pelo governo do Brasil, solicitou às autoridades a igualdade de tratamento entre brasileiros e portugueses, “tanto por razões éticas como morais”. Esta associação chegara, em 1988, a propor a criação de um Conselho Nacional dos Dentistas, ao qual caberia “coordenar e organizar as atividades e as

normas a que deverão obedecer todos os dentistas portugueses legalmente habilitados à prática da respetiva profissão, bem como, logicamente, de qualquer estrangeiro que lícitamente se estabeleça em Portugal”.

Com a entrada de Portugal na CEE, em 1985, as diretivas europeias haviam, todavia, passado a ser obrigatórias entre nós, regulando, assim, a atividade dos médicos dentistas também em Portugal. Este facto reforçou as pretensões dos profissionais portugueses e acabou por impulsionar a renegociação do tratado de 1966 entre Portugal e o Brasil. O próprio Comité de Ligação da Arte Dentária da União Europeia ameaçou o Governo português com uma queixa ao Tribunal de Justiça Europeu caso Portugal reconhecesse os dentistas brasileiros como médicos dentistas.

Entre dois fogos, o Governo português chegou a publicar, em junho de 1992, a portaria 180-A/92, dos ministérios da Saúde e dos Negócios Estrangeiros, a qual legalizava administrativamente a prática de atos médico-dentários em Portugal por indivíduos, portugueses e brasileiros, que tivessem obtido o título de cirurgião-dentista no Brasil, dispensando-os da necessária equiparação à licenciatura em Medicina Dentária em Portugal. Ao todo, este recurso legal permitiu legalizar 416 profissionais, vinculando-os ao Ministério da Saúde e isentando-os do controlo deontológico da APMD. Mas a portaria viria, no início de 1993, a ser objeto de um pedido de impugnação da APMD junto do Supremo Tribunal Administrativo e de um pedido de anulação enviado pela Comissão das Comunidades ao governo português. O que, refira-se, não impediu a Associação Brasileira de Odontologia de tentar organizar um congresso luso-brasileiro da especialidade.

Simultaneamente, a APMD interpôs uma queixa junto da Comuni-

dade Europeia por violação das diretivas que definiam o perfil formativo e profissional dos profissionais autorizados a exercer em cada Estado-membro. Estas normas, recorde-se, estavam, no essencial, em vigor desde 1975, visando harmonizar as regras profissionais dos médicos dentistas a exercer na então CEE, definindo o respetivo currículo formativo e permitindo a sua livre circulação e estabelecimento no espaço europeu, bem como o reconhecimento automático do título profissional de “Médico Dentista” em todos os Estados-membros.

Não obstante, uma reportagem publicada em 1 de fevereiro de 1993 na *Folha de São Paulo*, um dos maiores e mais influentes jornais brasileiros, considerava que a solução encontrada “não resolveu o problema de dentistas formados no Brasil que, pela falta de reconhecimento do seu diploma, continuam trabalhando como empregados de portugueses responsáveis pelo trabalho, criando um lucrativo negócio baseado num problema jurídico”.

Posteriormente, em 1994, um memorando de entendimento assinado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros português e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, publicado em fevereiro de 1996, procurou dirimir os diferendos resultantes do Acordo Cultural de 1966. Mas a polémica, considera Manuel Fontes de Carvalho, atingiu contornos “difíceis de resolver”, acabando por envolver a diplomacia, as associações profissionais dos dois países (a APMD e o Conselho Federal de Odontologia brasileiro), vários Governos portugueses e brasileiros, ambos os parlamentos e presidentes da república (casos de Jorge Sampaio, Fernando Henrique Cardoso, Collor de Mello e indiretamente Mário Soares).

Em novembro de 1994, uma reunião no Rio de Janeiro juntou a APMD e o Conselho Federal de Odontologia do Brasil, permitindo

firmar o chamado “Acordo do Rio de Janeiro”, ao abrigo do qual as duas entidades passariam a regular o exercício da profissão. A situação foi, então, considerada resolvida, tendo em conta o compromisso do governo português de não legalizar dentistas brasileiros à margem daquele mecanismo, que permitiu a inscrição de 14 dos 26 cirurgiões-dentistas brasileiros que procuraram regularizar a sua situação junto da APMD. O acordo, refira-se, abrangia os profissionais brasileiros que tivessem entrado em Portugal até 31 de dezembro de 1993.

As coisas voltariam, porém, a complicar-se em abril do ano seguinte, na sequência de uma reunião em Lisboa, com a APMD a acusar o CFO de intransigência e de tentar renegociar pontos que já haviam sido objeto de acordo no Rio de Janeiro, nomeadamente a carga horária da formação dos dentistas brasileiros. As pretensões da parte brasileira, considerou Manuel Fontes de Carvalho num texto publicado na revista da APMD, implicariam que qualquer ilegal português a exercer clandestinamente estivesse em condições de reivindicar para si uma licenciatura.

**Tratava-se
duma medida
excepcional
que iria
contemplar o
grupo de
indivíduos que
os Governos
dos dois países
entenderam
susceptíveis de
serem
abrangidos
pelo texto do
designado
“Memorando
de
Entendimento”**

O DESACORDO

Manuel Fontes de Carvalho*

Nem sempre os acontecimentos evoluem ao sabor natural da vontade dos protagonistas. Não passaria pela cabeça de ninguém que depois dum trabalho insane, com dedicação e sacrifícios profundos, a parte Brasileira desse o dito por não dito e, pior que isso, o escrito por não escrito!

Mas, foi precisamente isso que aconteceu no Porto, nos passados dias 24, 25 e 26 de Abril, ao bom estilo do passado. Conforme é do conhecimento de todos, foi assinado em Janeiro último no Brasil, um acordo entre a APMD e o CFO (Conselho Federal de Odontologia) que previa as fórmulas por que se iria orientar o acesso dos licenciados no Brasil, ao título de Médico Dentista desde que entrado em Portugal até 31 de Dezembro de 1993. Tratava-se dum medida excepcional que iria contemplar o grupo de indivíduos que os Governos dos dois países entenderam



Na foto, à direita o Dr. Fontes de Carvalho ladeado pelos representantes do governo português e brasileiro.

susceptíveis de serem abrangidos pelo texto do designado “Memorando de Entendimento” assinado em Fevereiro de 1994 pelos chefes das diplomacias Portuguesas e Brasileiras. Na reunião do Rio de Janeiro, para além da delegação da APMD e do Conselho Federal de Odontologia, estiveram presentes, também, membros da auto designada “ABO-Portugal” e o seu ilustre advogado (português) Dr. Joaquim Loureiro. Cabe aqui dizer isto, porque é bom que se saiba que o texto do acordo do Rio de Janeiro é do conhecimento dessas personalidades desde antes da sua assinatura, não podendo, por isso, ser aceite que tenham alguma vez sido traídos

* Presidente da APMD

Figura 14: Revista APMD, 1994.

Acrescia que alguns cursos no Brasil incluíam módulos como Educação Física, Filosofia, Cultura Religiosa, Ciências Sociais e Estudo de Problemas Brasileiros, que nada tinham a ver com a Medicina Dentária e, por isso, não podiam ser tidos em conta.

Como consequência, o CFO do Brasil rompeu o processo negocial e, em 1996, eram as associações de estudantes de Medicina Dentária a publicar uma carta acusando o governo de nada fazer para impedir o exercício ilegal.

“Chegámos três vezes a acordo com o CFO, mas as pressões faziam com que o processo voltasse a recuar”, conta Manuel Fontes de Carvalho.

No início de 1997, durante a inauguração da sede nacional da APMD no Porto, a então ministra da Saúde, Maria de Belém Roseira, considerava que a questão dos dentistas brasileiros resultara de “um equívoco”, acrescentando: “Será com o tempo que as coisas se resolverão”.

Fotografia 15: Inauguração da sede nacional da APMD, 1997.



Em junho desse ano, os resultados de um levantamento promovido pela APMD revelavam, por outro lado, que eram ainda inúmeros os concelhos do país que não dispunham de qualquer médico dentista ou estomatologista. Em Lisboa, por exemplo, havia mais de 400 profissionais registados, mas os cidadãos de localidades como Carregal do Sal, Campo Maior, Castelo de Vide, Condeixa-a-Nova, Celorico da Beira, Freixo de Espada à Cinta, Grândola, Manteigas, Mértola, Miranda do Corvo, Montalegre, Nelas, Sabrosa, Sertão ou Vila Nova de Cerveira, entre muitos outros, continuavam sem qualquer assistência em Saúde Oral.

Em 16 de maio de 1997, outra notícia da *Folha de São Paulo* considerava que a lei aprovada em abril no Parlamento português, criando a Ordem dos Médicos Dentistas, “rebaixa os cirurgiões-dentistas brasileiros à categoria de odontologistas-dentistas práticos portugueses sem curso superior”.

No final de 1998, em vésperas da criação oficial da Ordem, o conflito voltaria a agudizar-se na opinião pública, com novas acusações a serem trocadas entre os médicos dentistas portugueses, a associação que congregava parte dos brasileiros e o governo deste país. “Foi uma última ofensiva”, considera Fontes de Carvalho. “Uma vez que, com o respaldo da Comissão Europeia, tínhamos cedido e permitido que os brasileiros que estivessem a exercer em Portugal fossem legalizados após um curso de legislação e deontologia, acharam que íamos aceitar qualquer coisa a troco da criação da Ordem”, concretiza. “Mas tivemos uma reunião com o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, dissemos que não cedíamos nem mais um milímetro e ele compreendeu as nossas razões”.

“Todo o processo teve sempre a cobertura da Europa, que não abriu mão da necessidade de todos os médicos dentistas cumprirem as diretivas comunitárias para o exercício da profissão

e, nomeadamente, uma formação de cinco anos e 4.600 horas”, acrescenta o então presidente da APMD.

Mas os dados para a resolução do problema estavam definitivamente lançados, conforme fazia adivinhar o editorial da revista de abril-junho de 1998: “O problema dos dentistas brasileiros está prestes a ser resolvido na Assembleia da República”, escrevia-se.

A crise veio a ser definitivamente solucionada em 1999, quando as associações profissionais de Portugal e do Brasil, pressionadas pelas respetivas diplomacias, alcançaram um acordo admitindo a revisão do Acordo Cultural e prevendo que a concessão de equivalência de diplomas seria regulada pelas duas partes. Os dentistas portugueses aceitaram, então, que os profissionais brasileiros inscritos na sua associação deontológica profissional fossem integrados na ordem portuguesa, para o que teriam de frequentar, até julho de 2000, cursos de adaptação aos currículos europeus.

Cerca de 400 profissionais de nacionalidade brasileira candidataram-se então ao processo de equivalência ao título de médico dentista, tendo a maioria sido admitida na Ordem.

Mais tarde, em 2002, o Supremo Tribunal Administrativo veio a confirmar que a OMD não podia ser obrigada a inscrever os profissionais com licenciatura atribuída numa universidade brasileira sem que tivessem obtido antes a equivalência nas instituições universitárias competentes em Portugal. Esta obrigatoriedade de obter reconhecimento ao abrigo das normas europeias é hoje comumente aceite como forma de acesso ao exercício da profissão em Portugal e na União Europeia.

Não obstante, alguns profissionais brasileiros continuaram a

intentar ações judiciais contra a Ordem, pretendendo que o anterior artigo XIV do Acordo Cultural lhes permitisse exercer em Portugal sem necessidade de obter a equivalência dos seus diplomas.

Na Cimeira Ibero-Americana que aconteceu no Porto em 1998, Fontes de Carvalho viria a ser recebido pelo então presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso. “Agradeceu-me pelo meu contributo para a pacificação das relações entre os dois países e pediu-me desculpa pelos exageros do passado”, conta o ex-bastonário da OMD.

Segundo números da OMD relativos a 2021, havia 583 médicos dentistas brasileiros a exercer legalmente a sua atividade em Portugal naquele ano, compondo o maior contingente de inscritos estrangeiros.

Hiram Fisher Trindade, refira-se, veio a fazer parte da Comissão Científica e do Conselho Consultivo da Ordem dos Médicos Dentistas durante a presidência de Orlando Monteiro da Silva. Um gesto que Manuel Fontes de Carvalho considera “simbólico” e uma tentativa para “dar um sinal de harmonia”.



A criação da OMD e
a normalização da
profissão em Portugal

A resolução definitiva da “guerra” que opôs os médicos dentistas portugueses aos cirurgiões-dentistas brasileiros acabou por beneficiar da alteração legal que transformou a Associação Profissional dos Médicos Dentistas em Ordem dos Médicos Dentistas, a qual, no final de 1998, acabou por dissipar todas as dúvidas que ainda subsistissem relativamente às responsabilidades que o Estado atribuía à organização de direito público que regulava - e regularia - a atividade dos profissionais desta área médica. Porventura mais importante, a criação da Ordem representou o passo definitivo no caminho da normalização da profissão e da sua afirmação técnica, formativa, científica, médica e deontológica.

Manuel Fontes de Carvalho, que liderou o processo de transição, considera, todavia, que a alteração foi apenas “semântica”, uma vez que todo o articulado legal que criou a OMD reproduziu a legislação que instituíra a associação profissional. “Até alguns artigos dos estatutos da APMD que podiam ser considerados inconstitucionais se mantiveram na lei que criou a Ordem”, acrescenta.

Anunciada várias vezes, a criação da OMD acabou, ainda assim, por se arrastar no tempo e por conhecer vários adiamentos, conforme facilmente se constata lendo os artigos que, à época,

eram publicados na revista da APMD.

O projeto-lei que consubstanciou a alteração só viria a ser apresentado em 17 de abril de 1997 a todos os grupos parlamentares e à ministra da Saúde, Maria de Belém Roseira, sendo quase imediatamente votado e aprovado na generalidade. Foi, porém, necessário que transcorresse mais de um ano para que o documento baixasse à votação na especialidade, o que só aconteceu a 15 de outubro de 1998, tendo a respetiva aprovação reunido a unanimidade do parlamento de então.

Os atrasos, diz Fontes de Carvalho, “tiveram precisamente a ver com as hesitações relativas ao acordo com os brasileiros”.

O assunto passara, entretanto, a ser gerido pela Comissão Parlamentar de Saúde e o então presidente da APMD tinha de se deslocar a Lisboa e à AR semanalmente, para ultimar pormenores do processo, acabando por aceitar a integração, com algumas condições, dos profissionais oriundos do Brasil. “Este foi o negócio”, garante Fontes de Carvalho.

Ao abrigo da legislação então aprovada, a OMD passou a ser responsável pela regulamentação do exercício da profissão, pela atribuição do título profissional de médico dentista, pela defesa da qualificação ética, deontológica e profissional dos seus membros, e pela formação contínua dos profissionais, tendo em vista a promoção da saúde oral dos portugueses.

Um mês e meio depois, a 3, 4 e 5 de dezembro, o último congresso anual da APMD, reunindo mais de 1600 participantes nas antigas instalações da FIL, em Lisboa, consumou a mudança e inaugurou uma nova era para a Medicina Dentária portuguesa.



Fotografia 16: Maria de Belém Roseira, Jorge Sampaio, João Milheiro de Carvalho, e Manuel Fontes de Carvalho no Congresso da APMD, 1998.

Logo no mês seguinte, em janeiro de 1999, a Ordem dos Médicos Dentistas criou as especialidades de Ortodontia e Cirurgia Oral e transformou a publicação periódica da APMD em Revista da OMD. No primeiro número, o então diretor, João Carlos Pinho, considerava que a criação da Ordem significava “mais uma etapa na dignificação de uma classe que começou em 1979 e que quer ser, cada vez mais, uma voz ativa e o garante da saúde oral dos portugueses”.

A pós-graduação em Ortodontia, refira-se, funcionava já na Faculdade de Medicina Dentária do Porto desde 1990, tendo passado a mestrado no ano de 1997, segundo recorda José Campos Neves no artigo já antes aludido. As primeiras mestrandas foram Ana Paula Rodrigues Rocha Amorim Martins Peres e Maria João Feio Ponces. Apesar da eventual confusão com os antigos ortodontistas, a escolha desta designação, em detrimento de “Ortodôncia”, resultou, segundo Campos Neves, da adoção da terminologia norte-americana.

Do mesmo ano datam os mestrados em Saúde Geral Comunitária, Medicina Dentária Conservadora, Implantologia e Cirurgia Oral, embora a criação oficial das especialidades só tenha sido regulada bastante mais tarde, em 2015, pela Lei n.º 124/2015, de 2 de setembro, correspondendo à terceira alteração do Estatuto da Ordem dos Médicos Dentistas.

O primeiro reconhecimento automático do título de especialista em Ortodontia, ao abrigo das diretivas comunitárias 68/786 CEE e 78/787 CEE, remonta a novembro de 2001, enquanto a atribuição do título de especialista em Ortodontia aos associados da OMD que se candidataram ao processo especial aconteceu em fevereiro de 2002.

O processo de especialidades da OMD começou, no entanto,

muitos anos antes, como recorda Luís Jardim, médico dentista que, na sequência do repto deixado a João F. C. Carvalho, então presidente da APMD, participou numa reunião em Coimbra, em janeiro de 1992. O encontro serviu para discutir questões relacionadas com a titulação de especialistas e a representação da Ortodontia portuguesa ao nível europeu. Do debate saiu o consenso de que a APMD deveria avançar com o processo de reconhecimento da Ortodontia como especialidade da Medicina Dentária em Portugal e, em carta a João F. C. Carvalho, Luís Jardim avançou também sugestões no sentido de se assegurar o reconhecimento europeu dos títulos de especialidade.

Em junho de 1992, foi criada uma comissão que tinha como missão o estudo e a organização da especialidade de Ortodontia em Portugal. Em outubro do mesmo ano, após várias reuniões do grupo de trabalho, foram enviadas as propostas de Regulamento dos Colégios de Especialidade e de Regulamento Interno do Colégio de Ortodontia ao Conselho Diretivo da APMD. Estes documentos viriam a ser aperfeiçoados ao longo do tempo, mas constituíram o núcleo regulamentar dos Colégios de Especialidade.

Foram ainda necessários mais de seis anos para levar o processo adiante. Em fevereiro de 1999, a Ordem dos Médicos Dentistas tituló os primeiros oito especialistas em Ortodontia “por notoriedade profissional e contribuição relevante no desenvolvimento, divulgação, diferenciação e dignificação da Ortodontia Portuguesa”: Carlos Silva Afonso Pinhão Ferreira, Fernando Mendonça, Pedro Leitão, Luís Jardim, Jorge Dias Lopes, Maria Cristina Figueiredo Pollmann e Korrodi Ritto. Considerados membros fundadores do Colégio de Especialidade de Ortodontia, tinham a obrigação de dar sequência ao processo.

Em dezembro de 1999, a Direção do Colégio de Ortodontia analisou pela última vez a versão final da regulamentação, tendo

sido introduzidas várias alterações de carácter processual. O Regulamento de Atribuição de Títulos de Especialidade, o Regulamento dos Colégios de Especialidade e o Regulamento Interno do Colégio de Ortodontia foram apresentados à classe profissional em maio de 2000.

Em julho de 2000, a Direção do Colégio de Ortodontia realizou a apreciação curricular de 68 candidaturas ao Processo Especial de Atribuição do Título de Especialista em Ortodontia. Em novembro de 2001, teve lugar a prova escrita; em fevereiro e março de 2002 decorreram as provas públicas de exame. Estabelecia-se então a Ortodontia como a primeira especialidade da Medicina Dentária em Portugal.



Fotografia 17: Carlos Silva, primeiro presidente do Colégio de Ortodontia.

Só em setembro de 2011 foram criadas, por deliberação do Conselho Diretivo da Ordem, novas especialidades, nomeadamente de Odontopediatria e de Periodontologia, cujos respetivos regulamentos foram publicados em Diário de República em março de 2012.

A Lei n.º 124/2015 reconheceu, entretanto, também a Medicina Dentária Hospitalar, a Endodontia, a Prostodontia e a Saúde Pública Oral como especialidades da Medicina Dentária. O processo para a criação das especialidades respetivas encontrava-se ainda em curso em 2025.

De julho de 2001 data o decreto-lei que regulou o licenciamento e fiscalização de clínicas e consultórios dentários, o qual constituiu um poderoso instrumento de combate ao exercício ilegal da profissão, já que instituía a obrigatoriedade do pedido de licenciamento e previa a realização de vistorias aos consultórios dentários. Ainda assim, em abril de 2003, “o número crescente” de consultórios a operar ilegalmente continuava a ser uma das principais preocupações expressas pela OMD durante uma audiência com o Presidente da República Jorge Sampaio. Em maio de 2004, o bastonário viria, de resto, a entregar ao procurador-geral da República, Souto Moura, 131 denúncias contra ilegais a exercer em Portugal.

Também em 2001 foi firmado um acordo entre a Universidade do Porto e a OMD para garantir a formação contínua dos médicos dentistas, iniciando-se ainda o processo de regulamentação da acreditação de eventos, reforçando a dimensão científica da profissão - que conheceu também um importante revés quando a ministra da Saúde Manuela Arcanjo assumiu publicamente, e pela primeira vez, que o Estado não pretendia criar a carreira própria dos médicos dentistas no Serviço Nacional de Saúde.



Fotografia 18: Orlando Monteiro da Silva, bastonário da OMD, assina protocolo com o reitor da Universidade do Porto, Novais Barbosa, 2001.

Face ao consenso que este tema suscitava entre os principais partidos políticos, a OMD passou a concentrar os seus esforços no desenvolvimento de parcerias entre o setor público e as clínicas privadas, do que resultou, em 2008, a criação do programa “cheque-dentista”. Esta orientação só viria a conhecer alterações significativas com a direção que tomou posse em 2020, liderada por Miguel Pavão, a qual voltou a pugnar pela integração dos médicos dentistas no SNS e pela criação de uma carreira própria.

Em 2003, a Assembleia da República aprovou a alteração estatutária da OMD que eliminava o artigo relativo à figura profissional do cirurgião-dentista e previa a obrigatoriedade de um estágio obrigatório para aceder à profissão de médico dentista, introduzindo ainda disposições legais destinadas a combater o exercício ilegal.

Ainda assim, e apesar das várias iniciativas de inspeção periodicamente realizadas ao longo dos anos, as situações de ilegalidade persistiram. Uma notícia do *Jornal de Notícias* de 14 de fevereiro de 2022 dava conta de que, no ano de 2021, a Inspeção-Geral das Atividades em Saúde fiscalizara 11 clínicas e consultórios dentários, encerrando uma das unidades e suspendendo o funcionamento de outras três. A clínica objeto de encerramento, uma das várias surgidas nos anos mais recentes dedicadas a intervenções estéticas, operava exclusivamente na área do branqueamento dentário e, segundo a notícia, apresentava “problemas de salubridade”, não possuindo a documentação necessária. A IGAS entendeu, nomeadamente, que naquele estabelecimento “estavam a ser desenvolvidas atividades em condições de grave risco para a saúde pública”.

O mesmo jornal, em abril de 2023, noticiava o caso de um falso médico dentista de nacionalidade turca apanhado em flagrante

num hotel de Vila Nova de Gaia, onde fazia avaliações gratuitas a fim de aliciar clientes para pacotes de turismo dentário. Citado no artigo, o bastonário da OMD, Miguel Pavão, admitia que se vinha verificando um aumento de situações deste género. “Só no primeiro trimestre deste ano a Ordem já fez 10 denúncias”, afirmou.

Por outro lado, o forte incremento da formação em Medicina Dentária registado desde 1976 levou a que, logo em 2001, o então bastonário, Orlando Monteiro da Silva, alertasse para a saturação do mercado português, havendo já então um dentista para cada 2.380 habitantes, “o que nos confere, em termos de União Europeia, um lugar na média, atingindo desde já o valor recomendado pela Organização Mundial de Saúde”.

Ainda assim, e apesar dos mais de três mil médicos dentistas inscritos na Ordem, no seu discurso de tomada de posse, em janeiro de 2001, Orlando Monteiro da Silva considerava inadmissível que 60% dos portugueses não tivessem acesso a cuidados básicos de Medicina Dentária.

Confirmando um problema que se começara a manifestar em 2005, em 2022 já cerca de 600 licenciados portugueses tiveram de procurar trabalho como médicos dentistas no estrangeiro, existindo, em 2021, um total de 11.941 profissionais a exercer em Portugal, muito acima das metas recomendadas pela OMS. Nesse ano, e segundo um estudo promovido pela OMD, 6,3% dos recém-licenciados optava por emigrar, naquele que é reconhecidamente um dos principais problemas que a profissão enfrenta, a par do desemprego, do subemprego e do défice na qualidade da formação.

“A qualidade do ensino é muito pior do que tinha imaginado e isto vai ter inevitáveis reflexos na saúde pública”, considera

Manuel Fontes de Carvalho. “Trata-se de um problema sério e que não se resolverá nos anos mais próximos”.

“A parte clínica foi prejudicada”, considera também António Faria Gomes na já referida entrevista à revista *Saúde Oral*: “Ainda no outro dia mostrei a uns colegas de Aveiro uma intervenção que fiz em Lisboa em 1987, em que eu dizia que no Egito, no século V, a arte dentária era entregue aos escravos. E em Portugal? Caminhamos abertamente para isso, com a entrada de cada vez mais profissionais sem que ninguém tenha mão nisto”.

Em 2022, preocupada em assegurar a dimensão médica e ética da profissão, a Ordem dos Médicos Dentistas retomou a cerimónia do Compromisso de Honra dos novos licenciados em Medicina Dentária. Oficiado pela primeira vez em junho de 1997, em Coimbra, esta espécie de Juramento de Hipócrates dos médicos dentistas havia sido abandonada em 2000.



Fotografia 19: Cerimónia do Compromisso de Honra, 2023.

Ao discursar na cerimónia de 2023, na Casa da Música do Porto, o bastonário Miguel Pavão definiu o Compromisso de Honra como “um momento solene de afirmação e reconhecimento do conjunto de valores éticos e deontológicos que norteiam a profissão, que é, antes de tudo, uma profissão médica e, por isso, essencialmente humana, humanista e guiada pelos valores da abnegação, da integridade e da dedicação ao próximo”.

Em dezembro de 2024, a OMD contava com 13.498 membros ativos, estando em formação (inscritos em cursos de mestrado integrado de Medicina Dentária) mais 4.455 estudantes. Estima-se, assim, que em 2025 possam existir cerca de 14 mil médicos dentistas em atividade em Portugal, embora, segundo os dados mais recentes, 24% dos cidadãos continuem a não aceder a consultas de Medicina Dentária; 50% das crianças com menos de 6 anos nunca foram ao médico dentista. Todavia, apenas 34% dos portugueses têm a dentição completa.



ORDEN DOS
MÉDICOS
DENTISTAS



Ao primeiro olhar pode parecer um livro de História. Mas não é! É um livro sobre pessoas, rostos de uma geração, obstinada e arrojada, que um dia ousou sonhar – e conseguiu – colocar a Medicina Dentária na história das Ciências Médicas em Portugal. O Princípio da Medicina Dentária transporta-nos para uma viagem de meio século pelo caminho desbravado pelos pioneiros, que viriam a ser os protagonistas do percurso da disciplina no nosso país, pelos momentos-chave e pelas escolhas que nos trouxeram aos dias hoje. Dias estes que constituem, apenas, o “meio” desta história, de uma profissão reconhecida pela qualidade, competência e rigor dos seus profissionais, mas ainda com muitas páginas em branco no horizonte, à espera de serem escritas pelas atuais e futuras gerações.



ORDEN DOS
MÉDICOS
DENTISTAS

Ordem dos Médicos Dentistas
Av. Dr. Antunes Guimarães, nº. 463
4100-080 Porto

www.ond.pt